

RELATÓRIO E CONTAS



2025



RELATÓRIO E CONTAS 2025

O Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) tem a honra de submeter à vossa apreciação, discussão e votação o Relatório e Contas de 2025 da União das Mutualidades Portuguesas, acompanhado pelo respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

CUIDAM DE SI E DA SUA SAÚDE. PROTEGEM O SEU PRESENTE E O FUTURO.

O QUE SÃO MUTUALIDADES?

São IPSS sem fins lucrativos e de utilidade pública, que disponibilizam aos seus associados e famílias, essencialmente através da respetiva quotização, modalidades de benefícios complementares de segurança social e saúde.

O QUE FAZEM POR SI?

MODALIDADES DE SEGURANÇA SOCIAL

Soluções de poupança, reforma, invalidez, sobrevivência, desemprego, capitais para jovens, educação...

MODALIDADES DE SAÚDE

Assistência médica e de enfermagem (clínicas, hospitais, exames), assistência medicamentosa

AÇÃO SOCIAL

Creches, jardins de infância, lares, apoio domiciliário, centros de dia...



mutualidades
portuguesas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMiGA – Aplicação Mutualista Integrada de Gestão de Associados
BTE – Boletim do Trabalho e Emprego
CA – Conselho de Administração
CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CAM – Código das Associações Mutualistas
CAMECI – Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação do Estatuto do Cuidador Informal
CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CCP – Código dos Contratos Públicos
CCT – Contrato Coletivo de Trabalho
CEPIN – Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade
CEPES – Comissão Especializada Permanente de Política Económica e Social
CES – Conselho Económico e Social
CIDA CL – Centro Infantil Dr. António da Costa Leal
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CNES – Conselho Nacional da Economia Social
CPES – Confederação Portuguesa da Economia Social
CPSSS – Comissão Permanente do Setor Social e Solidário
DGERT – Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGSS – Direção-Geral da Segurança Social
DL – Decreto-Lei
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
FRSS – Fundo de Reestruturação do Setor Solidário
GIDE – Gabinete de Inovação e Desenvolvimento Estratégico
IP – Instituto Público
IRCT – Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho
ISEO – International Social Economy Organisation
ISS – Instituto da Segurança Social
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PIP – Pedido de Informação Prévia
POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas
PRR – Plano de Recuperação e Resiliência
RAPM – Reunião Anual de Presidentes Mutualistas
RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
SNS – Serviço Nacional de Saúde
UMP – União das Mutualidades Portuguesas
UMM – União Mundial das Mutualidades

ÍNDICE

ORGÃOS ASSOCIATIVOS	08
MENSAGEM DO PRESIDENTE	09
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	13
I. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO	14
1.1 ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	14
1.1.1 CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS	14
1.1.2 SAÚDE - ASSISTÊNCIA MÉDICA E FARMÁCIAS SOCIAIS	15
1.1.3 PREVIDÊNCIA SOCIAL	16
1.2 REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL	17
1.2.1 AUDIÊNCIAS E REUNIÕES INSTITUCIONAIS	17
1.2.2 OUTRAS REPRESENTAÇÕES	18
1.2.3 PARECES LEGISLATIVOS EMITIDOS	19
1.2.4 PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILÊNCIA (PRR)	19
1.3 COOPERAÇÃO COM O ESTADO	19
1.3.1 COMISSÃO PERMANENTE DO SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO	19
1.3.2 AÇÃO SOCIAL	20
II. ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO MUTUALISTA	21
2.1 CENTRO DE RECURSOS MUTUALISTAS	22
2.2 ASSOCIATIVISMO MUTUALISTA	23
2.3 CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO DAS MUTUALIDADES	24
2.4 SUPORTE JURÍDICO	25
2.5 FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO: JORNALISTAS MUTUALISTAS NACIONAIS	27
2.6 TRANSIÇÃO DIGITAL, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E REFORÇO DO TRABALHO EM REDE	28
2.7 BASE DE DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DAS MUTUALIDADES	30
2.8 PROTOCOLOS DE PARCERIA	30
2.9 EVENTOS E PRÉMIOS MUTUALISTAS	31
2.9.1 EVENTOS	32
2.9.2 PRÉMIOS MUTUALISTAS	38

III. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP	41
3.1 CAPACITAÇÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	42
3.1.1 CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	43
3.1.2 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO	46
3.2 RESPOSTA SOCIAL - CIDA CL	50
3.3 COMUNICAÇÃO	51
3.3.1 PUBLICAÇÕES IMPRESSAS	51
3.3.2 IMPRENSA	52
3.3.3 COMUNICAÇÃO DIGITAL	52
3.3.4 SITES	53
3.3.5 REDES SOCIAIS	53
3.3.6 NEWSLETTER CORREIO MUTUALISTA	55
3.3.7 CRIATIVIDADE	55
3.3.8 COMUNICAÇÃO INTERNA	55
IV. INTERNACIONAL	56
4.1 UMM - UNIÃO MUNDIAL DAS MUTUALIDADES	57
4.2 I.S.E.O. - INTERNATIONAL SOCIAL ECONOMY ORGANISATION	59
4.3 CESE - CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU	62
V. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	63
VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	65
ANEXO	71
PARECER DO CONSELHO FISCAL	87

ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS 2025-2028

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



CARLA SOFIA OLIVEIRA SILVA

Presidente
Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança



ANTÓNIO MARTINS DE OLIVEIRA

1.º Secretário
A Previdência Portuguesa
Associação Mutualista



ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA SOUSA

2.º Secretário
Associação de Socorros Mútuos "Restauradora" de Avintes

CONSELHO FISCAL



ARMANDA ISABEL PINTO TAIPA PEREIRA

Presidente
Associação de Socorros Mútuos Freamundense



JORGE CARLOS DA CONCEIÇÃO CORDEIRO

Vogal
Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro



TELMA PATRÍCIA RODRIGUES DINIS

Vogal
Associação de Socorros Mútuos Benaventense

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



LUÍS ALBERTO SILVA

Presidente
A Mutualidade de Santa Maria
Associação Mutualista



JOSÉ DOS SANTOS ALMEIDA

Vice-Presidente
A Familiar de Espinho
Associação Mutualista
Falecido em 25 de janeiro de 2026



LUÍS CRISTINA DE BARROS

Vice-Presidente
MUDIP - Associação Mutualista
Diplomática Portuguesa



JOÃO FILIPE CARDOSO ESTEVES

Vice-Presidente
Associação de Socorros Mútuos Protectora dos Artistas de Faro



AUGUSTO MANUEL FRAGA ABREU

Vice-Presidente
Associação Familiar Vimaranesense

MENSAGEM DO PRESIDENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório de Atividades e Contas de 2025 da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) traduz um ano de consolidação institucional, de aprofundamento estratégico e de reforço da capacidade de intervenção do movimento mutualista no contexto social, económico e político nacional e internacional. Num quadro marcado por desafios estruturais persistentes — envelhecimento demográfico, pressão sobre os sistemas de proteção social, exigências acrescidas de sustentabilidade e necessidade de inovação — a UMP manteve uma atuação firme, coerente e responsável, orientada para a defesa do mutualismo e para a criação de valor social duradouro.

Ao longo de 2025, a UMP afirmou-se como uma organização madura, com visão estratégica clara e capacidade executiva reforçada, conjugando intervenção política e institucional, desenvolvimento de projetos sociais inovadores, capacitação do movimento mutualista e rigor na gestão dos recursos disponíveis. O presente relatório reflete essa ação integrada, evidenciando não apenas a diversidade das iniciativas desenvolvidas, mas sobretudo a sua coerência com os eixos estratégicos definidos para o mandato.

Um dos pilares centrais da atividade da UMP em 2025 foi o desenvolvimento e a execução de projetos sociais e de capacitação institucional, assumindo o Gabinete de Inovação e Desenvolvimento Estratégico (GIDE) como eixo estruturante da organização. Através de uma abordagem profissionalizada à captação de financiamento nacional e europeu, nomeadamente no âmbito de programas como o Erasmus+, foi possível reforçar a intervenção da UMP em áreas socialmente prioritárias, incrementar o orçamento anual e criar novas oportunidades de envolvimento e crescimento para as associações mutualistas.

A capacitação do movimento mutualista voltou a merecer particular destaque, quer através das Jornadas Mutualistas, quer através da aposta em formatos complementares de formação e esclarecimento. Em 2025, avançou-se com as Jornadas Mutualistas Nacionais, em formato de formação teórico-prática, que terão continuidade em 2026, numa lógica de maior proximidade territorial, permitindo uma resposta mais ajustada às realidades locais e reforçando a qualificação dos dirigentes, quadros técnicos e trabalhadores das mutualidades.

No plano internacional, 2025 foi igualmente um ano de afirmação estratégica.

A UMP reforçou a sua presença ativa em instâncias internacionais do mutualismo e da economia social, abrindo uma delegação em Bruxelas e preparando, de forma estruturada a Presidência Portuguesa da União Mundial das Mutualidades (UMM), prevista para 2027. Este trabalho antecipado, assente na credibilidade conquistada e na construção de parcerias sólidas, posiciona o mutualismo português como um interlocutor relevante no debate internacional sobre proteção social, inovação e solidariedade.

A intervenção da UMP estendeu-se também ao reforço da democratização e do papel estruturante de entidades centrais do setor social, como a CASES e a Confederação Portuguesa da Economia Social (CPES), onde a UMP tem assento. Ao longo do ano, a União contribuiu ativamente para o fortalecimento da governação, da representatividade e da capacidade de influência destas estruturas, num esforço coerente de valorização do setor social enquanto parceiro estratégico do Estado e da sociedade.

No domínio da modernização organizacional, destaca-se o processo contínuo de atualização, simplificação e melhoria da aplicação AMIGA, ferramenta essencial para a gestão associativa das mutualidades aderentes. As novas funcionalidades desenvolvidas em 2025 representam um avanço significativo na administração de associados, na gestão da cobrança e na eficiência dos processos internos, reforçando a transição digital do movimento mutualista.

Por fim, os resultados financeiros positivos alcançados em 2025, dando continuidade à tendência dos últimos anos, constituem uma evidência clara do rigor, da prudência e da eficiência da gestão deste Conselho de Administração. Estes resultados não são um fim em si mesmos, mas antes a condição indispensável para assegurar a sustentabilidade da UMP, a confiança das associadas e a capacidade de continuar a investir no futuro do mutualismo.

O presente Relatório de Atividades e Contas reflete, assim, uma UMP sólida, responsável e estrategicamente preparada para enfrentar os desafios do presente e do futuro, ao serviço das mutualidades, das pessoas e da coesão social.

Luís Alberto Silva
Presidente da União das Mutualidades Portuguesas



mutualidades
portuguesas

**SEMPRE AO SEU LADO,
DA INFÂNCIA À VELHICE**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

I REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO

1.1 ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

1.1.1 CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Em 2025, a UMP prosseguiu de forma consistente e determinada o acompanhamento do dossiê estratégico da revisão do Código das Associações Mutualistas (CAM), mantendo um diálogo direto e regular com o Governo. Ao longo do ano, realizaram-se várias reuniões, a última das quais em dezembro, nas quais a UMP reiterou a necessidade de concretizar, sem mais delongas, o compromisso político assumido nos sucessivos Compromissos de Cooperação e respetivas Adendas, que permanece por cumprir.

Em diversas intervenções públicas, o Presidente da UMP sublinhou a urgência de uma revisão do CAM, de forma a eliminar os constrangimentos legais e regulamentares que continuam a limitar o desenvolvimento, a inovação e a sustentabilidade do movimento mutualista. Esses constrangimentos têm sido amplamente identificados e discutidos em sede própria, tendo a UMP apresentado propostas concretas e tecnicamente fundamentadas para a sua superação, subsistindo apenas alguns aspetos pontuais ainda em aberto. Face ao trabalho já desenvolvido e ao grau de maturidade alcançado no processo, começa a tornar-se difícil compreender o prolongamento desta situação, ainda que o Governo invoque a intenção de enquadrar a revisão do CAM num quadro regulamentar transversal às diferentes famílias do setor social e solidário.

A UMP reafirma que a especificidade do modelo mutualista exige um enquadramento jurídico próprio, claro e funcional, que respeite a sua identidade, autonomia e missão histórica. Nesse sentido, continuará a manter um diálogo aberto, frontal e exigente com o Governo, defendendo de forma intransigente os interesses das suas associadas e do movimento mutualista.



1.1.2 SAÚDE – ASSISTÊNCIA MÉDICA E FARMÁCIAS SOCIAIS

Em 2025, a UMP manteve uma atuação firme e proativa no reforço do papel das mutualidades na prestação de cuidados de saúde, procurando, de forma contínua, sensibilizar o Governo para a importância da cooperação com estas instituições e da valorização da sua capacidade instalada. Esta intervenção visou não apenas a melhoria do acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde mas também o contributo das mutualidades para aliviar a pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Neste âmbito, a UMP tem promovido diálogo com o Governo para a superação de constrangimentos à ação das mutualidades, nomeadamente na celebração de novas convenções de especialidades médicas, bem como na formalização de acordos que permitam a prescrição e realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Estas medidas são consideradas fundamentais para ampliar a resposta assistencial e reduzir os tempos de espera para os utentes.

Paralelamente, a UMP tem vindo a defender em vários fóruns mutualistas e em que estejam em causa temas da saúde, alterações que permitam a abertura de novas farmácias sociais por entidades do setor social, incluindo as associações mutualistas. Apesar de estas medidas estarem contempladas nos últimos Compromissos de Cooperação para o Setor Social e Solidário celebrados com o Governo, a sua concretização prática ainda carece de implementação.

A UMP solicitou uma audiência ao Ministro da Presidência, António Leitão Amaro, a quem expôs detalhadamente estas matérias e enviou posteriormente um Memorando conjunto das entidades representativas do setor social e solidário, concertado na Comissão Permanente, com uma súmula dos constrangimentos sentidos pelas associações mutualistas na área da Saúde.



No domínio da saúde mental, a UMP continuou a participação ativa no Conselho Nacional de Saúde Mental e nos Conselhos Regionais das regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, contribuindo para a definição de políticas públicas e para o reforço do cuidado de saúde junto de crianças e jovens. Em linha com esta prioridade, iniciou-se em 2025 a implementação do projeto inovador “(Des)construir, (Re)pensar e (Re)educar: Transformando vidas através da saúde mental”, que visa promover a prevenção, educação e intervenção precoce em saúde mental, refletindo o compromisso da UMP com iniciativas de alto impacto social e comunitário (Ver pág. 49).

1.1.3 PREVIDÊNCIA SOCIAL

A previdência social continua a constituir um dos eixos fundamentais e distintivos da identidade mutualista e, por conseguinte, uma prioridade permanente da ação da UMP. Num contexto marcado por profundas transformações demográficas, sociais e económicas, consideramos que este domínio exige uma reflexão continuada, informada e responsável.

O acentuado envelhecimento da população, a pressão crescente sobre a sustentabilidade financeira do sistema público de Segurança Social, as alterações nas estruturas familiares, bem como as novas dinâmicas do mercado de trabalho, colocam desafios complexos à proteção social de médio e longo prazo. Estes fatores reforçam a necessidade de repensar os modelos tradicionais de previdência e de aprofundar o papel das mutualidades enquanto entidades da economia social vocacionadas para a complementaridade, proximidade e adaptação às necessidades reais das pessoas e das famílias.

Ao longo de 2025, esta reflexão esteve presente em diversos momentos da vida associativa e institucional da UMP. Em iniciativas como a Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, o Dia Nacional do Mutualismo e as Jornadas Mutualistas Nacionais, promoveu-se o debate estratégico sobre o futuro da previdência social, reunindo contributos de personalidades com reconhecida experiência e conhecimento na área, provenientes dos domínios governativo, como Bagão Félix e Jorge Campino, académico e técnico, como Armindo Silva, e empresarial, como João Casteleiro. Estes espaços de reflexão permitiram enquadrar os desafios atuais, identificar tendências estruturais e estimular uma visão prospetiva sobre o papel das mutualidades no sistema de proteção social.

*Da esquerda - direita:
João Casteleiro
Pedro Araújo
Armindo Silva
Jorge Campino
Sérgio Monte*



Bagão Félix

Particular relevância assumiram os momentos de partilha e debate orientados para dirigentes e quadros mutualistas, procurando reforçar o seu esclarecimento sobre a gestão das modalidades associativas, a leitura das novas necessidades sociais e familiares e a importância de modelos de resposta sustentáveis, prudentes e socialmente relevantes. A UMP privilegiou, assim, uma abordagem pedagógica e estratégica, fomentando a capacidade crítica e a preparação das mutualidades para responder, de forma gradual e responsável, aos desafios emergentes da previdência social.

Neste sentido, 2025 ficou marcado por um aprofundamento do pensamento estratégico e por um reforço da maturidade institucional do movimento mutualista nesta matéria, consolidando a previdência social como um campo central da sua missão.

1.2 REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1.2.1 AUDIÊNCIAS E REUNIÕES INSTITUCIONAIS

No âmbito da sua ação institucional, a UMP participou em múltiplas reuniões com membros do Governo, Câmaras Municipais e outras entidades, com o objetivo de abordar matérias de natureza estratégica do Movimento Mutualista e procurar resolver questões que afetam as associações mutualistas, nomeadamente com:

- Ministro da Presidência, António Leitão Amaro
- Ministro da Educação, Fernando Alexandre
- Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rosário da Palma Ramalho
- Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz
- Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes
- Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Inês Domingos
- Diretor Geral da Direção Geral da Segurança Social, João Gonçalves,
- Vice-Presidente do Instituto da Segurança Social, Telmo Antunes.
- Presidente do Conselho Económico e Social, Luís Pais Antunes
- Presidente do Conselho de Administração da Fundação Inatel, José Manuel da Costa Soares
- Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas
- Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Sérgio Borges.
- Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Benjamim Rodrigues (Cessante)
- Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Amadeu Albergaria.
- Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Manuel Silva (Cessante)
- União Geral de Trabalhadores
- Bispo de Setúbal, Cardeal D. Américo Aguiar



1.2.2 OUTRAS REPRESENTAÇÕES

Ao longo do ano, a UMP participou em reuniões de entidades e grupos de trabalho em que está representada:

- Comissão Permanente do Setor Social e Solidário
- Instituto de Segurança Social I.P.
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.
- Direção Geral da Segurança Social
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
- Confederação Portuguesa da Economia Social
- Comissão Nacional de Cooperação
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
- Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência
- Conselho Nacional para a Saúde Mental
- Conselho Regional de Saúde Mental do Norte
- Conselho Regional de Saúde Mental do Centro
- Conselho Regional de Saúde Mental de Lisboa e Vale do Tejo
- Conselho Regional de Saúde Mental do Alentejo
- Conselho Regional de Saúde Mental do Algarve
- Comissões Distritais de Cooperação em 18 distritos
- Plataformas Supraconcelhias
- Comité de Acompanhamento do Programa Temático Ação Climática e Sustentabilidade - Sustentável 2030
- Júri do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio
- Conselho Local de Ação Social de Lisboa
- CAMECI - Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação do Estatuto do Cuidador Informal
- Audição na Comissão do Trabalho, Segurança Social e Inclusão da Assembleia da República, sobre alargamento da Licença Parental Inicial
- Grupo de Trabalho para Preparação do Compromisso de Cooperação 2025-2026
- Grupo de Trabalho para apuramento do custo das respostas sociais
- Grupo de Trabalho Internacional – Referencial da Qualidade na Educação de Infância
- Grupo de Trabalho do Fundo de Restruturação do Setor Solidário (FRSS)
- Grupo de Trabalho – Registo de Saúde Eletrónico Único
- Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de alteração do modelo de funcionamento e de financiamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)
- Comissão Especializada Permanente de Política Económica e Social (CEPES)
- Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade (CEPIN)



1.2.3. PARECERES LEGISLATIVOS EMITIDOS

A emissão de pareceres e a apresentação de contributos para medidas legislativas é uma das atribuições da UMP enquanto entidade representativa das associações mutualistas e do setor social e solidário. Em 2025, foram emitidos os seguintes pareceres:

- Diploma relativo às alterações ao regime do acolhimento residencial – DL 28/XXIV/2025,
- No âmbito do CES, (Conselho Económico e Social) foi enviado Parecer aos Projetos de Lei:
 - N.º 346/XVI/1.^a (PSD), que aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas nacionais ou estrangeiras que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República.
 - N.º 366/XVI/1.^a (CH), que regulamenta a atividade de representação legítima de Interesses ("lobbying") junto de entidades públicas e cria um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República.
- Relatório final de execução do POAPMC
- Projeto-piloto de Serviço de Apoio Domiciliário, designado por "SAD+Saúde"
- Proposta de alteração da Portaria n.º 70/2021, de 26 de março, sobre o CACI
- Portaria "Descanso do Cuidado Informal – Bolsa de Cuidadores"

1.2.4. PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)

No âmbito da sua participação na Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, que monitoriza a execução deste importante instrumento de financiamento também para o setor social e solidário, a UMP participou em diversas reuniões, nas quais se apreciaram e votaram os diversos relatórios de acompanhamento produzidos ao longo do ano.

De entre outros assuntos abordados, destaca-se a preparação da proposta de reprogramação do PRR que foi submetida à Comissão Europeia e a discussão e votação do parecer ao relatório anual de 2024 da Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

1.3 COOPERAÇÃO COM O ESTADO

1.3.1 COMISSÃO PERMANENTE DO SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO

Em 2025, a cooperação com o Estado manteve-se como um eixo central da atividade institucional da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), num contexto de diálogo regular e estruturado com o Governo, no âmbito da Comissão Permanente do Setor Social e Solidário (CPSSS) e de outros espaços formais de concertação.

Ao longo do ano, a UMP acompanhou de forma ativa os principais dossiês da cooperação, com destaque para a sustentabilidade financeira das respostas sociais, a necessidade de atualização das participações públicas com base nos custos efetivos, a revisão dos instrumentos de regulação do setor e a valorização do papel das mutualidades enquanto parceiras do Estado na prestação de serviços de interesse público. Foram igualmente debatidas matérias como a atualização do apoio ao ensino pré-escolar, a transferência da tutela pedagógica das creches para o Ministério da Educação,

as dificuldades de recrutamento de Educadores/as de Infância, a cobertura e necessidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, as respostas dirigidas às pessoas com deficiência, a criação de novas respostas de acolhimento residencial, aumento do salário mínimo nacional para 2026, capacitação das entidades do CNES e a simplificação dos procedimentos de licenciamento dos equipamentos sociais.

A assinatura do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2025/2026, a 18 de março de 2025, constituiu um momento particularmente relevante. Este acordo introduziu, pela primeira vez, um modelo de financiamento assente nos custos efetivos das respostas sociais, garantindo maior justiça, previsibilidade e estabilidade às instituições, através de atualizações significativas das comparticipações públicas.



A UMP valorizou este compromisso como um passo estrutural na consolidação da cooperação entre o Estado e o setor social, sem prejuízo da necessidade de concretizar outras matérias igualmente relevantes.

Nesse sentido, a UMP acompanhou a execução do Compromisso de Cooperação, continuando a defender a revisão do CAM e do regime jurídico das farmácias de oficina, bem como a celebração de novas convenções de especialidades médicas e de acordos para a prescrição e realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, previstas no Compromisso de Cooperação.

Ao longo de 2025, a UMP promoveu e participou em várias reuniões de articulação com as restantes entidades representativas do setor social e solidário, algumas realizadas na sua sede, contribuindo para a definição de posições conjuntas, para o acompanhamento da execução do Compromisso de Cooperação e para o reforço do papel do setor social como parceiro estratégico do Estado.

1.3.2 AÇÃO SOCIAL

No domínio da Ação Social, e para além de um acompanhamento próximo das dificuldades enfrentadas pelas associações filiadas, no âmbito da gestão das respostas sociais, a UMP reuniu com o Instituto da Segurança Social, reiterando o seu interesse na transferência de equipamentos do Estado para as entidades da economia social, afetando-os ao desenvolvimento de respostas sociais, como ERPI, apoio à infância, proteção de vítimas de violência doméstica e migrações, entre outras.



ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO MUTUALISTA

2.1 CENTRO DE RECURSOS MUTUALISTAS

Em linha com as orientações estratégicas definidas no Programa de Ação, 2025 foi um ano de consolidação e aprofundamento do trabalho preparatório conducente à concretização do projeto do Centro de Recursos Mutualistas, concebido como um equipamento estruturante para o movimento mutualista português e para a própria UMP.

Na sequência das diligências desenvolvidas em anos anteriores, avançou-se, em 2025, com um conjunto de procedimentos técnicos e administrativos indispensáveis à viabilização do projeto. Em particular, foi realizado o levantamento topográfico do terreno onde se prevê a construção do futuro Centro de Recursos Mutualistas, etapa fundamental para a definição rigorosa das condicionantes físicas e urbanísticas do local.

Com base nesse trabalho técnico, a UMP apresentou, em julho de 2025, junto dos serviços de urbanismo da Câmara Municipal de Ovar, um Pedido de Informação Prévia (PIP), instrumento previsto no regime jurídico da urbanização e edificação, com o objetivo de obter um enquadramento claro quanto à admissibilidade, parâmetros urbanísticos e condicionantes legais aplicáveis ao projeto.

Em novembro de 2025, a Câmara Municipal de Ovar emitiu o respetivo parecer no âmbito do PIP apresentado. A análise detalhada desse parecer pela equipa técnica da UMP levou à formulação de um pedido de esclarecimentos adicionais, visando assegurar a correta interpretação das orientações emitidas e permitir o adequado ajustamento do programa funcional e arquitetónico do futuro edifício às exigências urbanísticas e regulamentares identificadas.

O projeto continua a ser perspetivado não apenas como uma mera sede administrativa, mas como um espaço multifuncional ao serviço do setor mutualista. Este centro pretende afirmar-se como polo de formação, capacitação técnica e qualificação das associações mutualistas, plataforma de promoção do conhecimento, da investigação e da inovação no domínio do mutualismo, bem como local privilegiado de encontro, partilha e cooperação entre mutualistas, parceiros institucionais e a comunidade académica.



2.2 ASSOCIATIVISMO MUTUALISTA

A dimensão, a vitalidade e a capacidade de articulação do movimento associativo mutualista continuam a afirmar-se como fatores críticos para o desenvolvimento sustentado do mutualismo na sociedade portuguesa, quer no plano institucional quer na sua presença próxima, relevante e territorialmente equilibrada. Em 2025, a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) deu continuidade e aprofundou a estratégia de reforço do universo mutualista, com especial incidência no apoio à organização coletiva, à capacitação jurídica e à estruturação de respostas cooperadas entre associações.

Na sequência do trabalho de proximidade iniciado em anos anteriores, a UMP intensificou o acompanhamento técnico, jurídico e institucional às associações mutualistas e a novos projetos emergentes, promovendo soluções que reforçam a escala, a sustentabilidade e a capacidade de intervenção do setor. Este esforço traduziu-se, em 2025, no apoio direto à criação e constituição de duas novas Federações Mutualistas, atualmente em fase final de registo junto das entidades competentes. Estas federações, resultantes da articulação entre associações mutualistas com interesses e áreas de atuação convergentes, já manifestaram a intenção de se associarem à UMP, reconhecendo o seu papel enquanto estrutura representativa, de apoio e de coordenação do movimento mutualista a nível nacional.

Paralelamente, foi prestado apoio jurídico e institucional à constituição e regularização da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Macedenses, instituição centenária sediada em Macedo de Cavaleiros, que se encontra em processo de reativação e de regularização da sua situação estatutária e administrativa junto da Direção-Geral da Segurança Social.

Este acompanhamento insere-se numa linha estratégica da UMP de valorização do património histórico do mutualismo português, promovendo a recuperação de associações com forte enraizamento comunitário e relevância cultural e social nos respetivos territórios. A associação manifestou, igualmente, a intenção de se associar à UMP, reforçando o universo mutualista representado.

Ao longo de 2025, mantiveram-se os esforços de promoção e divulgação do modelo mutualista junto de câmaras municipais, serviços sociais e grupos empresariais, com particular enfoque em territórios onde o mutualismo apresenta menor expressão ou carece de renovação organizativa. O Conselho de Administração da UMP prosseguiu uma política de proximidade ativa às associações mutualistas, auscultando regularmente os seus desafios, constrangimentos e expectativas, prestando aconselhamento técnico e procurando respostas ajustadas às realidades locais.

O apoio prestado à constituição de federações mutualistas insere-se também nesta lógica de reforço da capacidade coletiva do setor para responder a problemas sociais complexos, promovendo economias de escala, partilha de recursos e maior impacto social.

2.3 CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO DAS MUTUALIDADES

A 7 de fevereiro de 2025, a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) celebrou com a Federação Nacional da Educação (FNE), Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC), Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo (SDPGL), Sindicato Democrático dos Professores do Sul (SDPSul), Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA), Sindicato Democrático dos Professores da Madeira (SDPM), Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/ Pessoal não Docente da Zona Norte, Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro (STAAE-ZC), Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação Sul e Regiões Autónomas (STAAE Sul e Regiões Autónomas); SINAPE – Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação, SINDEP – Sindicato Nacional Democrático dos Professores, SITRA – Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes; SINDITE – Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, SITESE – Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Serviços, e SINTAP (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos), o acordo de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) das Mutualidades, assegurando a atualização das tabelas remuneratórias e a continuidade de um quadro de estabilidade laboral no setor.

Este acordo, firmado cinco anos após a assinatura do primeiro CCT das mutualidades, voltou a afirmar-se como um instrumento estruturante das relações laborais, reconhecido pelas partes como um exemplo de diálogo social, equilíbrio e realismo, salvaguardando simultaneamente a valorização dos trabalhadores e a sustentabilidade económica das associações mutualistas.

O acordo foi remetido à Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho para os devidos efeitos legais e publicação no Boletim do Trabalho e Emprego, que ocorreu a 22 de março, tendo a UMP promovido posteriormente uma sessão pública de esclarecimento dirigida às associações filiadas, reforçando o seu compromisso com a transparência e a capacitação institucional.



2.4 SUPORTE JURÍDICO

No ano de 2025, a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) manteve o seu compromisso institucional com a defesa, promoção e valorização do Movimento Mutualista. Nesse contexto, o Gabinete Jurídico afirmou-se como estrutura essencial de apoio técnico-jurídico à UMP e às associadas, assegurando a conformidade legal e regulamentar da atividade mutualista, a prevenção de riscos jurídicos e a resposta qualificada às exigências do setor social e solidário.

A intervenção do Gabinete pautou-se por uma atuação rigorosa e preventiva, orientada para a resolução célere e fundamentada das questões submetidas, privilegiando a uniformização de procedimentos, a clareza das orientações emitidas e a consistência técnico-jurídica.

Principais eixos de intervenção em 2025

ACOMPANHAMENTO DE INICIATIVAS LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES

Acompanhamento de diplomas e iniciativas com relevância para a Economia Social e para o setor mutualista, com apreciação técnico-jurídica e, quando aplicável, apresentação de contributos institucionais.

APOIO JURÍDICO ÀS ASSOCIADAS (INFORMAÇÕES, PARECERES E ESCLARECIMENTOS)

Emissão de informações, pareceres e comunicações às associadas, designadamente em matérias de governação associativa, funcionamento de órgãos sociais, conformidade estatutária e regulamentar e apoio à tomada de decisão.

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO (PRESENCIAL E À DISTÂNCIA)

Realização de ações e sessões de formação/sensibilização, visando reforçar competências jurídicas relevantes para o funcionamento e cumprimento das obrigações das entidades mutualistas.

MONITORIZAÇÃO LEGISLATIVA

Acompanhamento regular do Diário da República, com identificação e síntese de diplomas com impacto no Movimento Mutualista e na Economia Social.

RESPOSTA A SOLICITAÇÕES EXTERNAS

Elaboração de informações e contributos solicitados por entidades externas, incluindo organismos públicos, com observância de prazos e rigor técnico.

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL EM GRUPOS DE TRABALHO

Participação e representação técnica em grupos de trabalho e processos de exigência acrescida, designadamente no âmbito de revisão/atualização normativa e de matérias laborais (IRCT/CCT), quando aplicável.

APOIO À ADAPTAÇÃO ESTATUTÁRIA AO CAM E ARTICULAÇÃO COM A DGSS

Apoio à UMP e às associadas na conformação estatutária e no relacionamento técnico com a Direção-Geral da Segurança Social (DGSS), com vista a assegurar o cumprimento do enquadramento legal aplicável.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CCP)

Acompanhamento jurídico de procedimentos de contratação pública, desde a preparação das peças procedimentais até à fase de adjudicação e publicitação/execução, assegurando conformidade com o Código dos Contratos Públicos e com as plataformas eletrónicas utilizadas.

DOSSIÊS COMPLEXOS E ARTICULAÇÃO COM ASSESSORIA EXTERNA

Coordenação e acompanhamento de processos administrativos e judiciais de maior complexidade, em articulação com juristas e advogados externos, nomeadamente em matérias específicas (farmácias de oficina, fiscalidade da Economia Social e contencioso administrativo).

INDICADORES DE ATIVIDADE E EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS

ATIVIDADES/TIPOLOGIA	N.º DE EVIDÊNCIAS
Emissão de pareceres / informações / comunicações a associadas	89
Análise e descrição sumária de diplomas legislativos (Economia Social)	79
Dossiês internos (estudo, execução e acompanhamento) — CAM; alterações estatutárias UMP/associadas; contratação pública; manuais; regulamentos; IRCT, entre outros conexos	87
Informações / comunicações da UMP para o exterior (organismos públicos, entre outros)	19
Contributos para elaboração de documentos legais, entre outros	3
Apoio jurídico / pareceres / informações escritas ao Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (Lisboa)	22
Intervenção em eventos em representação da UMP	9
Elaboração de protocolos com organismos públicos, entre outros	17
Apoio à constituição e recuperação de associações mutualistas	4
Apoio à constituição de novas federações mutualistas	2

Articulação com Assessoria Externa

Em 2025, o Gabinete Jurídico contou com colaboração externa, assegurando especialização em matérias de particular complexidade:

- **Dr. Augusto Vieira (Advogado):** processos administrativos e judiciais relativos a farmácias de oficina; matérias fiscais da Economia Social.
- **Escritório de Advogados (Dr. Armando França e Dra. Carla Soares):** colaboração em processos de contencioso administrativo.

A atividade do Gabinete Jurídico em 2025 evidencia uma resposta tecnicamente consistente, transversal e orientada para a salvaguarda dos interesses institucionais da UMP e das suas associadas, assegurando apoio consultivo, acompanhamento preventivo e intervenção operacional em áreas críticas para o setor mutualista. O volume e diversidade das evidências registadas refletem a relevância do Gabinete Jurídico como pilar de segurança jurídica, conformidade e suporte estratégico ao Movimento Mutualista.

2.5 FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO: JORNADAS MUTUALISTAS NACIONAIS

No âmbito da estratégia de capacitação do movimento mutualista, a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) promoveu, em 2025, as Jornadas Mutualistas, uma iniciativa formativa que contou com a participação de cerca de 20 formandos, entre dirigentes, técnicos e colaboradores das associações mutualistas e da própria UMP. Esta ação contribuiu de forma relevante para o reforço das competências institucionais e técnicas, promovendo uma maior qualificação dos recursos humanos do setor.

As Jornadas decorreram entre 26 e 28 de junho, no Centro de Formação Profissional de Rio Meão, num programa intensivo de 20 horas, dedicado ao aprofundamento de matérias como o "Mutualismo, Comunicação e Inovação Social". A metodologia adotada combinou momentos expositivos com oficinas práticas, organizadas em grupos de trabalho mistos, incentivando a reflexão estratégica e a conceção de projetos ajustados às realidades territoriais e organizacionais das mutualidades participantes.

Da dinâmica colaborativa desenvolvida emergiram propostas de projetos inovadores em áreas socialmente prioritárias, nomeadamente a saúde mental de pessoas imigrantes, o combate ao isolamento na terceira idade e o desenvolvimento de novas respostas mutualistas no domínio da previdência social. A ação formativa foi assegurada por formadores com experiência reconhecida nas áreas jurídica, da economia social, do marketing e da avaliação de impacto.

Certificada pela DGERT, esta iniciativa contabilizou para as 40 horas anuais de formação continua legalmente previstas para os trabalhadores, reforçando a mensagem estratégica de que a formação constitui um investimento essencial para a inovação, a sustentabilidade e o futuro do movimento mutualista. As Jornadas Mutualistas afirmaram-se, assim, como um instrumento relevante de capacitação interna da UMP e das associações mutualistas, com impacto direto na qualidade da sua intervenção social.



2.6 TRANSIÇÃO DIGITAL, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E REFORÇO DO TRABALHO EM REDE

No decurso de 2025, a União das Mutualidades Portuguesas consolidou a Transição Digital como um eixo estratégico estruturante da sua intervenção, promovendo simultaneamente a modernização tecnológica interna, o reforço das competências digitais das Associações Mutualistas e o desenvolvimento de instrumentos de cooperação em rede.

Para além da evolução da aplicação AMiGA – Aplicação Mutualista Integrada de Gestão de Associados e da preparação da versão AMiGA 2.0, foram igualmente realizados trabalhos relevantes de atualização e modernização do website institucional da UMP, com o objetivo de melhorar a usabilidade, a organização da informação e a capacidade de resposta às necessidades das associações e do público em geral. Estas intervenções visaram reforçar a presença digital da UMP, aumentar a transparência institucional e facilitar o acesso à informação mutualista.

No mesmo âmbito, procedeu-se ao aperfeiçoamento do serviço "Simplex", enquanto instrumento de facilitação da comunicação entre a UMP e as Associações Mutualistas, contribuindo para a simplificação de procedimentos, a redução de tempos de resposta e a melhoria da articulação institucional.

Durante o ano de 2025, foi ainda dada continuidade ao desenvolvimento da Carta Social Mutualista, enquanto ferramenta estratégica de base web, destinada a reunir, sistematizar e disponibilizar online informação estruturada sobre o setor mutualista em Portugal.

De forma transversal, a UMP prosseguiu o desenvolvimento de ferramentas e instrumentos tecnológicos e de base web orientados para a inovação e o empreendedorismo mutualista, assentes na criação de bases de dados partilhadas, na circulação estruturada de informação e no reforço do trabalho em rede. O fortalecimento da cooperação entre mutualidades mantém-se como uma prioridade estratégica no âmbito da capacitação do setor, reconhecendo-se que as ferramentas digitais — em particular as soluções web e associadas às novas tecnologias — desempenham um papel determinante no reforço da comunicação.

Neste contexto, o desenvolvimento de ferramentas digitais e de ações de inovação associadas às novas tecnologias foi assumido como um elemento central da estratégia de Transição Digital da UMP e das suas associadas. Estas ferramentas contribuem para uma maior eficiência organizacional, para a modernização dos modelos de gestão e para a criação de novas dinâmicas de cooperação e partilha de conhecimento no seio do movimento mutualista.

Apostou-se também no marketing digital, na utilização das redes sociais, nas plataformas digitais de comunicação e no potencial das aplicações móveis, reconhecendo o seu papel fundamental na expansão da presença do mutualismo, na promoção dos seus valores e na

interação com públicos mais amplos e diversificados. Estas iniciativas visaram não apenas reforçar a notoriedade do setor mas também aproximar o mutualismo de novas gerações e de públicos com diferentes perfis de utilização digital.

Paralelamente ao desenvolvimento tecnológico, 2025 ficou igualmente marcado pelo reforço do Gabinete de Informática da UMP, através da integração de novos recursos humanos especializados. Este investimento visou aumentar a capacidade interna de resposta às crescentes necessidades das associações, assegurar maior proximidade no apoio técnico, reduzir tempos de resposta e consolidar competências internas nas áreas de desenvolvimento, manutenção de sistemas, suporte aos utilizadores e segurança da informação.

O reforço da equipa técnica permitiu à UMP melhorar de forma significativa a sua capacidade de acompanhamento contínuo das Associações Mutualistas, sobretudo das utilizadoras da plataforma AMiGA, assegurando simultaneamente uma maior autonomia na gestão, manutenção e evolução das soluções digitais desenvolvidas. Este investimento em recursos humanos especializados contribuiu igualmente para o reforço da monitorização dos sistemas, para a prevenção e mitigação de incidentes técnicos e para uma resposta mais célere às necessidades operacionais das associações. Paralelamente, o aumento da capacidade técnica interna possibilitou um apoio mais estruturado e eficaz aos processos de capacitação digital dos dirigentes e trabalhadores das associações mutualistas, promovendo uma adoção mais segura, informada e sustentável das ferramentas digitais.

As iniciativas desenvolvidas ao longo de 2025 no domínio da Transição Digital refletem um alinhamento claro com os objetivos estratégicos da União das Mutualidades Portuguesas, em particular no que respeita ao reforço da sustentabilidade organizacional, à modernização dos modelos de gestão mutualista e à valorização do trabalho em rede.

A aposta na inovação tecnológica, no desenvolvimento de ferramentas digitais comuns e no reforço das competências internas permitiu criar condições para uma maior eficiência operacional, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e para o fortalecimento da capacidade de resposta das Associações Mutualistas.

A consolidação de soluções digitais estruturantes, como a plataforma AMiGA, o investimento na comunicação digital e a valorização da cooperação interassociativa contribuem diretamente para os objetivos estratégicos de coesão do movimento mutualista, de proximidade às associações e de afirmação institucional da UMP.

Neste enquadramento, a estratégia seguida em 2025 estabelece bases sólidas para a continuidade da Transição Digital nos anos seguintes, promovendo um mutualismo mais inovador, resiliente e preparado para responder, de forma sustentável, aos desafios sociais, organizacionais e tecnológicos do futuro.

2.7 BASE DE DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DAS MUTUALIDADES

A Base de Dados de Caracterização das Associações Mutualistas constitui um instrumento estratégico fundamental para o conhecimento do setor mutualista e para o reforço da capacidade de representação institucional da União das Mutualidades Portuguesas.

Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2021, em 2025 procedeu-se à sistematização e consolidação da informação recolhida junto das associações mutualistas. Do universo de 55 associações, 84% responderam ao questionário de atualização anual. Nos restantes casos, foi possível recolher informação complementar através da análise de documentos oficiais, designadamente Relatórios de Atividades e Contas de Gerência, e de contactos diretos com dirigentes associativos.

O trabalho desenvolvido permitiu reunir e tratar um vasto conjunto de dados qualitativos e quantitativos que possibilitam um conhecimento aprofundado do perfil e da atividade das associações mutualistas, incluindo a sua distribuição geográfica, fins fundamentais, classificação segundo a Classificação Internacional das Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor, contributos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dimensão, longevidade, número e perfil etário dos associados, bem como recursos humanos e tipologia de vínculos contratuais.

Foram, igualmente, sistematizados dados relativos à governação associativa, à presença digital das associações e à atividade desenvolvida nas áreas da previdência social mutualista, da saúde e das respostas e serviços sociais, incluindo modalidades de benefícios, atos e atendimentos realizados e número de utentes abrangidos. O resultado é uma base de dados robusta e consistente, de elevado valor estratégico, que reforça a capacidade da UMP para fundamentar a sua intervenção institucional. O desafio para os próximos anos passa por integrar indicadores económico-financeiros que permitam avaliar de forma mais abrangente o impacto do mutualismo na economia e na sociedade.

2.8 PROTOCOLOS DE PARCERIA

Em 2025, a UMP manteve uma rede sólida e diversificada de parcerias estratégicas, encontrando-se em vigor 49 protocolos de cooperação com entidades públicas e privadas. Estes acordos constituem um instrumento fundamental de valorização do movimento mutualista, permitindo o acesso a condições mais favoráveis e a um conjunto alargado de benefícios para a UMP, para as associações mutualistas filiadas e para os seus associados.

Os protocolos abrangem múltiplas áreas de intervenção, incluindo saúde, bem-estar, educação, cultura, lazer, turismo, desporto, habitação, economia social e serviços especializados, contribuindo para reforçar a capacidade de resposta das mutualidades e para melhorar as condições de vida dos seus associados. À semelhança dos anos anteriores, estes acordos encontram-se devidamente sistematizados e divulgados no portal

mutualismo.pt, estando organizados por tipologia de destinatários, nomeadamente protocolos dirigidos aos associados individuais e protocolos orientados para as associações filiadas. De entre as parcerias estabelecidas, destaca-se o protocolo de cooperação celebrado com a Fundação INATEL, assinado no Dia Nacional do Mutualismo, pelas respetivas lideranças, representadas pelos Presidentes Luís Alberto Silva e José Manuel da Costa Soares. Este acordo reveste-se de particular relevância estratégica, abrangendo áreas como o lazer, a cultura e o desporto, e proporcionando aos associados individuais das mutualidades filiadas na UMP, bem como aos respetivos colaboradores e aos colaboradores da própria UMP, o acesso, em condições especialmente favoráveis, às regalias e serviços disponibilizados pela Fundação INATEL.

A manutenção e o reforço desta rede de protocolos refletem a aposta contínua da UMP na cooperação institucional e na criação de valor para o movimento mutualista, promovendo sinergias, ampliando oportunidades e consolidando o papel das mutualidades enquanto agentes ativos de coesão social.



2.9 EVENTOS E PRÉMIOS MUTUALISTAS

A realização de eventos e iniciativas continua a ser uma aposta estratégica da UMP para promover o mutualismo, reforçar a visibilidade do setor e fortalecer a relação das associações mutualistas com outros agentes da sociedade. Estes momentos não só consolidam o Movimento, como também contribuem para a capacitação de dirigentes e quadros das associações, apoiando o desenvolvimento sustentável do setor.

Em 2025, a UMP realizou 19 eventos, promoveu duas iniciativas e atribuiu cinco prémios honoríficos, registando uma participação superior à do ano anterior. Os encontros abordaram temas de grande relevância social, como previdência e proteção social, Contrato Coletivo de Trabalho, saúde mental, capacitação, inovação e empreendedorismo social, proporcionando um espaço de reflexão, partilha de experiências e debate sobre os desafios e oportunidades do movimento mutualista.

Estes eventos consolidaram a importância do mutualismo enquanto modelo de solidariedade e entreatajuda, reforçando a capacidade das associações de intervir de forma estruturada e inovadora junto das comunidades que servem.

2.9.1 EVENTOS

DIA NACIONAL DO MUTUALISMO

No âmbito das comemorações do Dia Nacional do Mutualismo 2025, a União das Mutualidades Portuguesas organizou, a 30 de maio, no Hotel Solverde, em Vila Nova de Gaia, um programa institucional e participativo que afirmou o mutualismo como pilar essencial da previdência social do futuro. A sessão de abertura contou com a intervenção do Presidente da UMP, Luís Alberto Silva, que destacou os 849 anos de história do movimento mutualista enquanto "organismo vivo", capaz de responder, inovar e adaptar-se aos desafios sociais contemporâneos. Na sua intervenção, defendeu uma presença ativa das mutualidades nos espaços de decisão sobre pensões e Segurança Social, reclamando medidas estruturais como a revisão do Código das Associações Mutualistas, a criação da Lei de Financiamento do Setor Social e o reforço das convenções na área da saúde.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP, Carla Silva, reforçou este compromisso, sublinhando a coragem necessária para enfrentar desafios como a pobreza, a exclusão, a sustentabilidade, a saúde, o envelhecimento e a intolerância, evocando o papel histórico do mutualismo como resposta solidária e inovadora.

O programa integrou diversas conferências e debates de elevado nível, centrados no futuro da intervenção social, da saúde e da previdência complementar. Na conferência "Os unicórnios sociais da cidade do futuro", à conversa com o jornalista da RTP Daniel Catalão, o comentador televisivo Luís Marques Mendes defendeu uma cooperação mais profunda entre o Estado, as mutualidades e o setor social, sublinhando o seu papel insubstituível, em particular num contexto de envelhecimento demográfico e de pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde. Destacou a necessidade de um novo modelo de organização e gestão da saúde, assente em parcerias com o setor social, reafirmando que as mutualidades devem ser parceiras do Estado neste domínio. A reflexão sobre a sustentabilidade da Segurança Social esteve também em destaque, com moderação do editor do Jornal de Notícias Paulo Araújo e especialistas como Armindo Silva, economista, ex-diretor da Comissão Europeia e coautor do Livro Verde da Sustentabilidade da Segurança Social, Jorge Campino, ex-Secretário de Estado da Segurança Social, Sérgio Monte, dirigente da UGT, e João Casteleiro Alves, empresário, a defenderem o reforço do pilar complementar das pensões, a criação de incentivos fiscais mais atrativos, um pacto de regime para a Segurança Social e um maior envolvimento das empresas, reconhecendo nas mutualidades a confiança, a prudência e a capacidade técnica necessárias para responder a este desafio estrutural.

CHAMA MUTUALISTA

O programa comemorativo do Dia Nacional do Mutualismo 2025 ficou ainda marcado por momentos musicais protagonizados por Henk van Twillert & Vento Norte e momentos simbólicos e mobilizadores, que evidenciaram a identidade e os valores do movimento, entre os quais a entrega dos Prémios Mutualistas 2025 que abordaremos mais adiante.

A cerimónia da transmissão da Chama Mutualista, da Associação de Socorros Mútuos de Serzedo para a Associação de Socorros Mútuos Setubalense, simbolizou a continuidade, a união e a renovação permanente do mutualismo. Esta cerimónia marcou o fim do roteiro de 2024/2025 pelas mutualidades de norte a sul do país, onde a Chama Mutualista se associa a celebrações de aniversários e outras iniciativas.

EXPOSIÇÃO “ROSTOS MUTUALISTAS, PONTES INTERGERACIONAIS”

Paralelamente, a exposição “Rostos Mutualistas, Pontes Intergeracionais” envolveu mais de 1.500 utentes das respostas sociais das mutualidades de todo o país, num encontro emotivo entre gerações, através de trabalhos artísticos, textos e memórias partilhadas. Esta iniciativa afirmou-se como um dos momentos mais marcantes da celebração, refletindo a força intergeracional do movimento e o seu compromisso com a solidariedade, a participação e a construção de futuro, valores que a UMP reafirmou ao longo de todo o evento.



VII REUNIÃO ANUAL DE PRESIDENTES MUTUALISTAS

A VII Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, organizada pela União das Mutualidades Portuguesas, realizou-se a 25 de janeiro de 2025, em Ílhavo, afirmando-se como um espaço privilegiado de reflexão estratégica, diálogo institucional e alinhamento do movimento mutualista face aos desafios sociais, económicos e demográficos do país. A sessão de abertura contou com a presença da Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, que reconheceu explicitamente as mutualidades como parceiras do Estado, destacando o trabalho desenvolvido pelo Governo no apuramento do custo efetivo das respostas sociais, a preparação da futura Lei de Financiamento do Setor Social e a abertura de novos instrumentos de apoio, como o PARES e o PROCOOP. O Presidente da UMP, Luís Alberto Silva, sublinhou a necessidade de resolver dossiês estruturantes do setor, nomeadamente a revisão do Código das Associações Mutualistas e o alargamento das convenções na área da saúde às mutualidades.

A reunião integrou um debate aprofundado sobre o futuro da previdência social e das pensões, com a intervenção de Bagão Félix, antigo Ministro das Finanças e da Segurança Social, que alertou para os limites de sustentabilidade do sistema público e para a inevitável redução do rácio entre pensões e salários. Defendeu, nesse contexto, o reforço da poupança complementar e um papel mais ativo do movimento mutualista, com ofertas centradas na velhice, dependência e desemprego de longa duração, valorizando a proximidade e a capilaridade das mutualidades. O debate reforçou a necessidade de inovação, escala e capacidade técnica para responder às novas exigências sociais e às expectativas das gerações mais jovens.



A VII Reunião Anual ficou ainda marcada pela apresentação do painel "Novos Horizontes para o Mutualismo 2025-2028", no qual os Presidentes dos órgãos associativos da UMP traçaram a evolução da União na última década e apresentaram os principais eixos estratégicos para o novo mandato. Entre as prioridades destacaram-se o reforço da representatividade nacional e internacional, a influência nas políticas públicas, o desenvolvimento de novos instrumentos mutualistas de proteção social e saúde, a criação de um Centro de Recursos Mutualistas e o investimento na formação e capacitação dos dirigentes. O encontro encerrou com um apelo à participação ativa dos Presidentes e dirigentes mutualistas na construção coletiva do plano estratégico 2025-2028, reforçando o compromisso com um mutualismo inovador, sustentável e preparado para liderar respostas aos desafios do futuro.

XIV ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES MUTUALISTAS

O XIV Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, realizado na Casa da Mutualidade, em Coimbra, reuniu dirigentes e representantes de mutualidades de todo o país, constituindo um espaço de partilha de experiências, debate estratégico e fortalecimento da cooperação entre associações. Na abertura, o Presidente da UMP, Luís Alberto Silva, sublinhou a importância de trabalhar em rede, criar sinergias e assumir um papel proativo face aos desafios contemporâneos, como o envelhecimento populacional, as desigualdades no acesso à saúde e o aumento do isolamento social.

O painel “Mutualidades em Ação: Experiências, Desafios e Oportunidades” apresentou casos concretos de inovação e boas práticas no setor, com intervenções de dirigentes mutualistas que partilharam experiências inspiradoras: Alexandre Lopes, presidente da Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta; Armanda Pereira, presidente da Associação de Socorros Mútuos Freamundense; Luís Miranda, administrador d'A Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista; e Nelson Silva, presidente da Mutualista da Covilhã. Entre os exemplos destacados estiveram a criação de uma unidade de medicina de reabilitação, o aumento da capacidade de creches e a modernização de infraestruturas com recurso a fundos do PRR, a formação profissional e inclusão de imigrantes e projetos em telemedicina, habitação sem barreiras e regimes complementares de segurança social. Estes exemplos evidenciam a capacidade das mutualidades de se reinventarem e responderem de forma inovadora às necessidades das comunidades que servem.

No encerramento, o vice-presidente da UMP, Luís Cristina de Barros, sintetizou o espírito das intervenções, reforçando que o crescimento do mutualismo depende da ação, do investimento e da inovação contínua, bem como da capacidade de não se resignar perante as dificuldades.



CONFERÊNCIA TEMÁTICA

“DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A PROTEÇÃO SOCIAL DO FUTURO”

A Conferência “Desafios e Soluções para a Proteção Social do Futuro”, organizada pela União das Mutualidades Portuguesas, realizou-se em Freamunde, em parceria com a Associação de Socorros Mútuos Freamundense, no âmbito da comemoração do seu 134.º aniversário, constituindo um relevante momento de reflexão estratégica sobre as políticas públicas de proteção social. Na sessão de abertura, a Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, destacou o novo Compromisso de Cooperação 2025-2026 como base para a futura Lei de Financiamento do Setor Social, sublinhando a importância do apuramento dos custos efetivos das respostas sociais, que permite negociações mais objetivas, previsíveis e justas entre o Estado e as instituições. O Presidente da UMP, Luís Alberto Silva, saudou a mudança de paradigma na cooperação, reiterando, contudo, a necessidade de avançar com a revisão do Código das Associações Mutualistas, do regime das farmácias sociais e com novas convenções na área da saúde, essenciais para garantir maior proximidade e qualidade no acesso aos cuidados, sobretudo em territórios de baixa densidade.



O programa integrou painéis dedicados aos desafios do envelhecimento, da infância e da imigração, com contributos de especialistas e decisores públicos. António Fonseca, investigador da Universidade Católica Portuguesa, defendeu a adaptação das respostas sociais às necessidades e expectativas dos idosos, enquanto Catarina Marcelino, ex-Vice-Presidente do Instituto da Segurança Social, sublinhou a importância de melhorar os modelos de educação e cuidado nas creches, reforçar a interculturalidade e flexibilizar horários em função das realidades familiares. A dimensão territorial foi também evidenciada pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Paulo Ferreira, que destacou o investimento municipal em respostas sociais, nomeadamente na criação de novas vagas em creche e no apoio às ERPI, alertando para os impactos futuros do envelhecimento demográfico.

A conferência incluiu ainda a apresentação de projetos da UMP dirigidos a crianças, jovens e famílias, como o programa de promoção da saúde mental “(Des)Construir, (Re)Pensar, (Re)Educar” e a requalificação da Creche do CIDACL, bem como a partilha de experiências no acolhimento e integração de imigrantes, apresentada por Maria João Cardoso, d'A Mutualidade de Santa Maria.

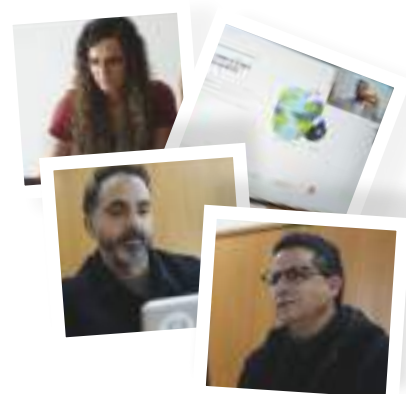
WEBINARS DE CAPACITAÇÃO

No âmbito da sua estratégia de capacitação contínua dos recursos humanos do movimento mutualista, a UMP manteve, em 2025, uma aposta estruturada na realização de webinars mensais de esclarecimento e capacitação, complementando outras iniciativas presenciais, como as Jornadas Mutualistas Nacionais. Estes momentos formativos tiveram como principal objetivo reforçar competências técnicas, promover a inovação e estimular o empreendedorismo nas mutualidades, assegurando uma ligação direta e permanente entre os gabinetes técnicos da UMP e os dirigentes e colaboradores das associações mutualistas.

Ao longo do ano, foram realizados 10 webinars, abrangendo áreas consideradas estratégicas para a gestão e o desenvolvimento sustentável das mutualidades: finanças (3 sessões), enquadramento jurídico (2), comunicação (2) e projetos de financiamento de atividades e inovação social (3). No seu conjunto, estas ações envolveram 171 participantes, refletindo o interesse e a adesão significativa das mutualidades a este modelo de capacitação à distância, orientado para o esclarecimento prático, a partilha de conhecimento especializado e a disseminação de boas práticas.

Os temas abordados foram os seguintes:

- Projetos de Inovação Social: Quais são os fatores de sucesso?;
- Revisão do Contrato Coletivo de Trabalho das Mutualidades;
- Relatório de Atividades e Contas;
- Inteligência Artificial na Comunicação das Mutualidades;
- Medidas de Financiamento e Oportunidades;
- Prestação de Contas à Direção-Geral da Segurança Social;
- A Lei Quadro do Estatuto de Utilidade Pública;
- Comunicar Mutualidades com E-Goi;
- Oportunidades de Financiamento para a Economia Social – Programas e Avisos;
- Estudo de Viabilidade Económica nas Modalidades Associativas de Saúde.



ASSEMBLEIAS GERAIS



No ano de 2025, realizaram-se as duas Assembleias Gerais Ordinárias estatutariamente previstas. A primeira reunião magna ocorreu em 28 de março, no Auditório d'A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista, tendo aprovado o Relatório de Atividades e Contas referentes ao ano de 2024 e discutido outros assuntos de interesse para o Movimento Mutualista.

A Assembleia Geral voltou a reunir-se a 14 de novembro, também no Auditório d'A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista, em Esmoriz, tendo apreciado e aprovado o Programa de Ação e Orçamento para 2026 e discutido ainda vários outros assuntos de interesse para o universo mutualista.

2.9.2 PRÉMIOS MUTUALISTAS

PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE

A UMP atribuiu a distinção que reconhece personalidades do Movimento Mutualista que se destacaram pelo seu percurso cívico e dedicação ao mutualismo e à solidariedade a dois Dirigentes com um longo e auspicioso trajeto à frente das associações e na dedicação à causa mutualista: Hélder Pinheiro, Presidente da Associação de Socorros Mútuos Previdência dos Ferroviários de Portugal; e João Esteves, Presidente da Associação de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas de Faro e membro do Conselho de Administração da UMP.



João Esteves



Hélder Pinheiro

PRÉMIO CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

A UMP atribuiu o Prémio Cidadania e Solidariedade à Associação Entrajuda, reconhecendo o seu papel estruturante na valorização do voluntariado, da responsabilidade social e da dignidade humana, com impacto direto nas comunidades mais vulneráveis. Esta organização junta voluntários para apoiar as instituições de solidariedade social no combate à pobreza, ajuda-as a mudar procedimentos e transformar realidades, através de ações de formação e ferramentas de gestão, e doa bens e equipamentos recuperados e reciclados para reutilização.



Momento Entrega
à Associação Entrajuda

PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

O Conselho de Administração da UMP atribuiu o Prémio Mutualismo e Solidariedade, categoria Internacional, à Fundação Calouste Gulbenkian, em reconhecimento pelo seu contributo relevante para a promoção da solidariedade além-fronteiras e pelo apoio à transformação social sustentável.



Momento Entrega
à Fundação Calouste
Gulbenkian

PRÊMIO INOVAR PARA MELHORAR (PIPM)



*Momento Entrega
à Beneficência Familiar*

A UMP procedeu à entrega do Prémio Inovar para Melhorar à A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos do Porto, distinguindo o projeto ABF Exercício – Saúde, Movimento e Comunidade, uma iniciativa inovadora desenvolvida na Baixa do Porto, que promove uma abordagem integrada à saúde, centrada na pessoa. Este projeto conjuga exercício físico, reabilitação, bem-estar emocional e lazer terapêutico, afirmando-se como um exemplo concreto de como a inovação pode reforçar a resposta mutualista às necessidades atuais das comunidades, valorizando a proximidade, a prevenção e a qualidade de vida.

A edição de 2025 do Prémio Inovar para Melhorar contou com três candidaturas, reveladoras da vitalidade, criatividade e capacidade de reinvenção do movimento mutualista. Para além do projeto vencedor, foram apreciadas as candidaturas do projeto Famílias Felizes, Crianças Felizes, d'A Mutualidade de Santa Maria, com uma vertente territorial de apoio à parentalidade positiva e uma componente digital de âmbito nacional com elevado potencial de escalabilidade, bem como o projeto Clínica de Gastrenterologia MAT, do Montepio Artístico Tavirense, que criou uma unidade especializada com tecnologia avançada para exames endoscópicos, colmatando uma lacuna relevante na oferta pública de cuidados de saúde no sotavento algarvio, em articulação com o SNS e a ACSS.

A avaliação das candidaturas esteve a cargo de um júri de reconhecido mérito, composto por Eduardo Graça, Presidente da CASES; Filipe Almeida, Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social; e Pedro Portugal Gaspar, Presidente da AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo, IP.

PRÊMIO TRABALHADOR DO ANO

Instituído e dinamizado uma vez mais pela UMP, o Prémio Trabalhador do Ano reconhece o papel determinante dos trabalhadores no crescimento, na qualidade das respostas sociais e na afirmação das mutualidades junto dos seus associados, utentes e comunidade, traduzindo na prática os valores da proximidade, do serviço e da solidariedade que caracterizam o movimento mutualista.

A edição de 2025 distinguiu Cátia Rodrigues, administrativa d'A Mutualidade de Santa Maria, na sequência de um processo de votação online realizado no site mutualismo.pt, que registou mais de 8.000 votos, dos quais 5.910 recaíram sobre a trabalhadora premiada.

A entrega do troféu decorreu na sessão solene do Dia Nacional do Mutualismo, a 30 de maio, no Hotel Solverde, em Vila Nova de Gaia, tendo sido realizada por Armanda Pereira, Presidente do Conselho Fiscal da UMP.

Para além da distinção simbólica, a vencedora recebeu um voucher para uma estadia de seis noites para duas pessoas numa unidade hoteleira da Fundação INATEL, oferta desta entidade, representada na cerimónia pelo seu Presidente, José Manuel da Costa Soares.

Foram igualmente agraciados Miguel Santos, diretor técnico da farmácia da Associação de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas de Faro, que obteve o 2.º lugar, com 1.114 votos, e Maria de Fátima Alves, Auxiliar de Ação Educativa do Legado do Caixeiro Alentejano, em Évora, classificada em 3.º lugar, com 1.050 votos. Ambos receberam o respetivo troféu e um voucher para utilização nas Termas de São Jorge, entregues por Teresa Vieira, Administradora da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira.





ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP

3.1 CAPACITAÇÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A União das Mutualidades Portuguesas tem vindo a reforçar e a consolidar, de forma sustentada, a sua estrutura profissional, dotando-se das competências técnicas e organizacionais necessárias para cumprir a sua missão com maior eficácia, abrangência e capacidade de resposta. Este investimento estrutural assume particular relevância num contexto marcado por desafios sociais cada vez mais complexos, num setor com uma história determinante na sociedade portuguesa e uma intervenção decisiva em áreas estruturantes para a coesão social e o futuro coletivo, como a previdência social, a saúde e a proteção social, hoje em pleno processo de renovação e modernização.

Em 2025, a estrutura profissional da UMP passou a integrar 35 colaboradores, distribuídos pelas seguintes áreas de atuação: Gabinete de Apoio à Presidência, Gabinete de Coordenação, Administrativo e Recursos Humanos, Gabinete Financeiro, Gabinete Jurídico, Gabinete de Inovação e Desenvolvimento, Gabinete de Informática, Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Eventos e Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL).

O ano de 2025 ficou marcado por uma aposta estratégica clara e assumida nas áreas da capacitação institucional, da inovação social e do desenvolvimento organizacional, com especial foco no reforço do Gabinete de Inovação e Desenvolvimento. Foi precisamente através da ação deste Gabinete que a UMP deu um salto qualitativo na sua capacidade de conceber, estruturar e submeter candidaturas a financiamento nacional e europeu, nomeadamente no âmbito de programas como o Erasmus+, em áreas como a capacitação institucional, a inclusão de jovens NEET, a promoção de estilos de vida saudáveis e a inovação social.

Esta aposta traduziu-se num aumento significativo do orçamento executado nesta área, numa maior abrangência territorial e temática da intervenção social da UMP, na afetação de mais recursos humanos qualificados e na abertura de novos horizontes estratégicos. Destaca-se, neste contexto, o estabelecimento de parcerias com organizações europeias, nomeadamente da Irlanda, Itália e Espanha, bem como com entidades nacionais de reconhecido prestígio e relevância, como a Fundação Calouste Gulbenkian, entre outras.

Paralelamente, o Gabinete de Inovação e Desenvolvimento desempenhou um papel central na disseminação sistemática de informação junto das associações mutualistas filiadas, promovendo o acesso a candidaturas a fundos comunitários, prémios e programas de apoio, reforçando a capacitação do movimento mutualista e afirmando a UMP como uma estrutura de referência na promoção da inovação, do conhecimento e do desenvolvimento sustentável do setor.

3.1.1 CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

3.1.1.1. *Mutualismo em Movimento*

The logo for 'Mutualismo em Movimento' features the text 'MUTUALISMO' in a bold, black, sans-serif font above 'EM MOVIMENTO' in a smaller, black, sans-serif font. A stylized green and red graphic element, resembling a checkmark or a dynamic shape, is positioned to the right of the text.

O ano de 2025 representou um período de consolidação e aprofundamento da estratégia de capacitação institucional da União das Mutualidades Portuguesas, reforçando a sua capacidade organizacional, técnica e estratégica, bem como o apoio qualificado prestado às associações mutualistas filiadas.

Ao longo do ano, a UMP deu continuidade à execução do projeto de capacitação institucional "Mutualismo em Movimento", cofinanciado pela União Europeia no âmbito do Programa Pessoas 2030, assegurando a implementação plena das atividades previstas, após o arranque faseado ocorrido em 2024. Este projeto tem como objetivo estrutural dotar a UMP de meios humanos, técnicos e operacionais que permitam uma intervenção mais eficaz no âmbito do mutualismo e da economia social, reforçando simultaneamente a capacidade de resposta da UMP e das mutualidades às exigências crescentes do contexto social, económico e regulamentar.

Em 2025, o foco da capacitação incidiu, de forma particular, na consolidação e especialização dos gabinetes técnicos da UMP, nomeadamente os Gabinetes de Comunicação e Imagem, Informática, Projetos e Eventos, assegurando maior articulação interna, racionalização de procedimentos e melhoria da qualidade dos serviços prestados às associadas. Paralelamente, foram reforçadas as competências internas em matérias como políticas públicas, inovação social, financiamento, transição digital e comunicação estratégica.

A capacitação institucional foi igualmente promovida através da realização de ações de formação, sessões técnicas, reuniões de trabalho e iniciativas de sensibilização dirigidas a dirigentes, quadros técnicos e colaboradores das associações mutualistas, visando o reforço das suas competências de gestão, comunicação, inovação e intervenção social. Estas ações contribuíram para uma maior profissionalização do movimento mutualista e para o fortalecimento da sua sustentabilidade organizacional.

No domínio da transição digital, o projeto continuou a apoiar o desenvolvimento, otimização e utilização de ferramentas tecnológicas de suporte à gestão, comunicação e partilha de informação, potenciando ganhos de eficiência e promovendo a modernização das práticas institucionais. Destaca-se, neste contexto, o aprofundamento dos trabalhos associados à Carta Social Mutualista e às plataformas digitais de apoio à atividade da UMP e das suas associadas.

A execução do projeto manteve-se orientada por um modelo de planeamento, monitorização e avaliação contínua, assente em instrumentos de acompanhamento técnico, relatórios periódicos, recolha de indicadores de execução e avaliação externa independente, garantindo elevados níveis de transparência, rigor e conformidade com os objetivos contratualizados.

Em complemento, a UMP continuou a investir na formação contínua dos seus trabalhadores, promovendo a atualização de competências em áreas emergentes e estratégicas para a economia social, reconhecendo que o reforço do capital humano é um fator determinante para a qualidade da intervenção institucional e para a credibilidade externa da organização.

A aposta consistente na capacitação institucional ao longo de 2025 reforçou o papel da UMP como estrutura de referência no apoio ao movimento mutualista, contribuindo para uma Economia Social mais qualificada, resiliente, inovadora e preparada para responder aos desafios sociais contemporâneos.

3.1.1.2. Mutualismo em Ação - nova candidatura

Neste contexto de consolidação da estratégia de capacitação institucional da União das Mutualidades Portuguesas, foi elaborada nova candidatura, que surge como um passo natural e necessário para dar continuidade ao reforço estrutural da UMP e à qualificação do apoio prestado ao movimento mutualista.

A experiência acumulada ao longo dos últimos anos, bem como a execução faseada de projetos anteriores, permitiu identificar de forma clara um conjunto de necessidades persistentes ao nível da organização interna, da especialização técnica, da modernização dos processos de trabalho e da capacidade de resposta às exigências crescentes das políticas públicas e dos instrumentos de financiamento da economia social. Acresceu a este diagnóstico a crescente complexidade do enquadramento regulamentar, a intensificação das obrigações administrativas e a necessidade de reforçar a presença institucional e a capacidade de articulação do movimento mutualista nos planos nacional e europeu.

Foi com base nesta análise que a UMP decidiu estruturar uma candidatura que permitisse assegurar, de forma planeada e sustentável, a consolidação das competências institucionais entretanto desenvolvidas, bem como a criação de condições para a sua evolução. O novo projeto de capacitação institucional foi concebido como um instrumento estratégico de médio prazo, orientado para o reforço dos recursos humanos, técnicos e organizacionais da UMP, para a melhoria dos mecanismos de capacitação e acompanhamento das associações mutualistas filiadas e para o aprofundamento da sua capacidade de intervenção no âmbito da economia social.

O início do funcionamento do projeto, previsto para maio de 2026, permitirá uma implementação faseada e alinhada com os objetivos estratégicos da UMP, garantindo que as ações a desenvolver respondem de forma eficaz às necessidades identificadas e contribuem para a sustentabilidade institucional da organização. A nova candidatura assume, assim, um carácter estruturante e complementar às iniciativas já em curso, reforçando a coerência da estratégia global da UMP e potenciando o impacto do movimento mutualista enquanto ator relevante da economia social em Portugal.

3.1.1.3. Formação dos Trabalhadores

A formação e a valorização contínua dos trabalhadores constituem uma prioridade estratégica da União das Mutualidades Portuguesas, enquanto fator essencial para o reforço da qualidade da sua intervenção institucional, técnica e social. Num contexto de crescente exigência e complexidade das funções desempenhadas, a UMP assume a qualificação dos seus recursos humanos como um investimento estruturante e de longo prazo.

Ao longo de 2025, os trabalhadores da UMP participaram ativamente nas Jornadas Mutualistas Nacionais, iniciativa promovida pela UMP e aberta igualmente a dirigentes e colaboradores das associações mutualistas filiadas, constituindo um espaço privilegiado de partilha de conhecimento, reflexão estratégica e reforço de competências, com impacto direto na melhoria das práticas profissionais e organizacionais.

No mesmo sentido, a UMP indicou cinco colaboradores que manifestaram interesse em integrar a ação de formação «Capacitação em Gestão: Dirigentes e Gestores da Economia Social – Organizações Não Mercantilistas», promovida pelo ISCTE – Centro de Competências para a Economia Social (CCES), em parceria com a Confederação Portuguesa da Economia Social (CPES), formação que se encontra atualmente em curso e que visa o reforço das competências de gestão, liderança e governação no contexto das organizações da economia social.

No decurso de 2025, os elementos do Gabinete de Informática participaram em ações de formação orientadas para o reforço de competências técnicas na área digital e de programação, designadamente em *Web Development and Programming Language*, com a duração total de 19 horas, bem como na formação *Learn How to Code*, com uma carga horária de 29 horas.

Estas ações contribuíram para a atualização dos conhecimentos, o reforço da autonomia técnica da equipa e a melhoria da capacidade de resposta às necessidades tecnológicas da instituição e do mutualismo.

As profissionais do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL) participaram, igualmente, em diversas ações de formação específicas (que totalizaram 50 horas), com reconhecido interesse e impacto direto na atividade pedagógica, educativa e organizacional, desenvolvida no centro, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado às crianças e às famílias.

De forma transversal, a UMP mantém uma política ativa de incentivo à valorização pessoal e profissional dos seus trabalhadores, apoiando e estimulando a melhoria das qualificações escolares, profissionais e académicas, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, alinhada com os valores do mutualismo e com os desafios atuais e futuros da organização.

3.1.2 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

Ao longo de 2025, a União das Mutualidades Portuguesas consolidou a área de Inovação e Desenvolvimento como um eixo estratégico da sua intervenção, através do reforço e dinamização da atividade do Gabinete de Inovação e Desenvolvimento Estratégico (GIDE), assumido como uma estrutura central na identificação de oportunidades, no desenho e na implementação de iniciativas com impacto no movimento mutualista e no setor da economia social.

Neste contexto, a aposta no GIDE foi significativamente reforçada, quer ao nível da integração de novos técnicos quer através do estabelecimento e aprofundamento de novas parcerias estratégicas com entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas. Este investimento permitiu aumentar a capacidade interna da UMP para a conceção, gestão e acompanhamento de projetos, bem como para a captação de financiamento e a promoção de soluções inovadoras alinhadas com as necessidades das Associações Mutualistas.

Durante o ano de 2025, o GIDE desenvolveu atividade contínua na análise de programas de financiamento, na preparação de candidaturas e na gestão técnica e administrativa de projetos em execução, com especial atenção a áreas como a capacitação institucional, a inovação social, a inclusão, a saúde, o envelhecimento ativo, a juventude e a Transição Digital. As iniciativas promovidas foram concebidas numa lógica de cooperação e co-criação com as associações, incentivando a sua participação ativa e contribuindo para o reforço das suas competências organizacionais.

Paralelamente, o Gabinete assumiu um papel relevante na dinamização de redes de cooperação e parcerias, potenciando o trabalho colaborativo entre mutualidades, entidades do setor social, instituições de ensino e investigação, administrações públicas e parceiros internacionais. Esta abordagem permitiu potenciar a transferência de conhecimento, a partilha de boas práticas e o desenvolvimento de projetos com maior escala, sustentabilidade e impacto social.

Em alinhamento com os objetivos estratégicos da UMP, o reforço do Gabinete de Inovação e Desenvolvimento Estratégico contribuiu para uma maior capacidade de antecipação de desafios, para a diversificação das fontes de financiamento e para o posicionamento da UMP como um ator relevante no desenvolvimento de respostas inovadoras no âmbito da economia social. O ano de 2025 representou, assim, um período de consolidação e fortalecimento desta área, criando bases sólidas para a continuidade e aprofundamento da estratégia de inovação e desenvolvimento nos anos subsequentes.

3.1.2.1 Projeto Erasmus+ (Beyond Neet 2.0)

Durante o ano de 2025, a União das Mutualidades Portuguesas assegurou a coordenação e acompanhamento do projeto Erasmus+ Beyond NEET 2.0 – Promoting the social inclusion of young people through an intergenerational learning programme, aprovado no âmbito da Ação KA220-YOU Parcerias de Cooperação no domínio da Juventude, envolvendo parceiros de Portugal, Espanha e Irlanda.

O projeto tem como objetivo central promover a inclusão social de jovens NEET, Not in Employment, Education or Training, através de um modelo de aprendizagem intergeracional, assente no desenvolvimento de competências digitais, sociais e relacionais, beneficiando simultaneamente jovens e pessoas idosas.

O ano de 2025 correspondeu à fase inicial de implementação do projeto, tendo a atividade incidido predominantemente sobre ações de coordenação, planeamento, gestão administrativa, articulação com parceiros internacionais e contactos institucionais, bem como sobre esforços contínuos de mobilização e recrutamento de jovens NEET.

Desde o início do ano, realizaram-se reuniões técnicas internas e transnacionais, incluindo reuniões de kick-off, reuniões de acompanhamento com os parceiros de Espanha e Irlanda e reuniões específicas com o Gabinete de Comunicação e Eventos da UMP, visando estruturar os Work Packages, clarificar responsabilidades, definir metodologias comuns e assegurar a conformidade com as regras do Programa Erasmus+.

Ao longo de 2025, verificou-se uma dificuldade persistente e transversal à maioria dos parceiros na identificação e envolvimento de jovens NEET, realidade amplamente discutida e documentada em várias reuniões do consórcio. Esta dificuldade foi atribuída a fatores como a desmotivação social deste público-alvo, a sua fraca ligação a estruturas formais, a instabilidade pessoal e social e a limitada eficácia dos canais tradicionais de comunicação. Em Portugal, a UMP promoveu diversas reuniões com entidades formativas, associações juvenis, centros de qualificação, mutualidades e outras organizações locais, procurando estabelecer parcerias para apoiar o recrutamento. Estas reuniões permitiram aprofundar o diagnóstico do problema, testar diferentes abordagens e identificar potenciais incentivos e formatos de participação mais ajustados ao perfil dos jovens.

Paralelamente, manteve-se uma articulação contínua com os parceiros de Espanha e Irlanda, garantindo alinhamento metodológico e partilha de estratégias. Em Espanha e na Irlanda, foi reportado que as atividades se encontravam em execução regular, com recrutamento de jovens e preparação das sessões formativas, o que permitiu ao consórcio manter uma visão comparativa e ajustar expectativas quanto ao ritmo de implementação em Portugal.

Face às dificuldades verificadas, a UMP, enquanto entidade coordenadora, promoveu uma avaliação interna e conjunta do estado de execução do projeto, culminando na solicitação de uma prorrogação do prazo de execução por mais 12 meses, passando o projeto a ter uma duração total de 36 meses.

Esta prorrogação foi analisada no âmbito de uma reunião de Controlo Primário com a Agência Nacional Erasmus+, que reconheceu os esforços desenvolvidos pela UMP, considerou a prorrogação justificada e validou a necessidade de ajustar o calendário, de modo a garantir a qualidade da intervenção e o cumprimento dos objetivos contratualizados.

No final de 2025, foi identificado um ponto de viragem positivo, com o estabelecimento de contacto com uma associação juvenil, que manifestou disponibilidade para apoiar o recrutamento e acompanhamento dos jovens.

O balanço do projeto Beyond NEET 2.0 em 2025 evidencia que, embora a implementação direta junto dos beneficiários tenha sido limitada, o ano foi determinante para a estruturação metodológica, consolidação da parceria internacional, ajustamento estratégico e reforço da capacidade de gestão do projeto.

A atuação da UMP pautou-se por uma gestão responsável, transparente e alinhada com as orientações da Agência Nacional Erasmus+, assegurando a conformidade contratual, a documentação sistemática das atividades desenvolvidas e a preparação das condições necessárias para a implementação efetiva do projeto nos anos seguintes.



3.1.2.2 Projeto Fast Food U Grow

Em 2025, a União das Mutualidades Portuguesas liderou o desenvolvimento do projeto FAST FOOD U GROW, uma iniciativa de cooperação entre Portugal e a Irlanda centrada na promoção de hábitos alimentares mais sustentáveis junto de jovens desfavorecidos. O projeto integrou investigação aplicada e intervenção formativa, analisando políticas públicas, práticas educativas e ofertas de formação nas áreas do desenvolvimento sustentável, da dieta e do fast food, com particular enfoque na produção alimentar de base vegetal. Esta abordagem contribuirá para o reforço das competências pessoais e sociais dos jovens participantes, promovendo escolhas alimentares mais conscientes e sustentáveis, o desenvolvimento do pensamento crítico sobre os impactos do fast food na saúde e no ambiente, e a valorização de práticas de produção e consumo alimentar responsáveis, com impacto positivo nas comunidades e nos territórios envolvidos.

3.1.2.3 Projeto de Inovação Social “(Des)construir, (Re)pensar e (Re)educar”

A UMP manteve em 2025 uma intervenção ativa e consistente na área da saúde mental, continuando a participar nos trabalhos do Conselho Nacional de Saúde Mental e nos Conselhos Regionais das regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve. Estes órgãos têm como missão emitir pareceres, apresentar propostas e recomendações que contribuam para a definição de políticas públicas nesta área, reforçando o compromisso da UMP com a promoção da saúde mental, sobretudo junto das crianças e jovens.



Neste mesmo ano, deu início à implementação do projeto inovador “(Des)construir, (Re)pensar e (Re)educar: Transformando vidas através da saúde mental”, aprovado pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS), cofinanciado pelo programa NORTE2030 e pela Fundação Calouste Gulbenkian (investidora social). Desenvolvido em concelhos de Trás-os-Montes, o projeto utiliza a Arte como ferramenta terapêutica e pedagógica, promovendo competências socioemocionais, inteligência emocional e regulação do stress em crianças e jovens do 5.º ao 12.º ano em situação de vulnerabilidade social.

O projeto, com uma duração estimada de 36 meses, assegura forte articulação com as comunidades educativas, autarquias, entidades de saúde e ação social, bem como com instituições de ensino superior e associações mutualistas locais, consolidando práticas e promovendo um impacto duradouro na saúde mental infantil e juvenil na região de Trás-os-Montes.

No domínio educativo, o projeto envolve os Agrupamentos de Escolas de Emídio Garcia, Abade de Baçal, Macedo de Cavaleiros e Alfândega da Fé, garantindo a operacionalização das atividades em contexto escolar. Ao nível da proteção de crianças e jovens, a intervenção articula-se com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela, reforçando a componente preventiva e de acompanhamento em situações de maior vulnerabilidade. Relativamente à articulação institucional e territorial, o projeto conta com a colaboração das Câmaras Municipais de Alfândega da Fé, Bragança e Macedo de Cavaleiros, bem como da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, assegurando enquadramento estratégico e apoio à implementação local.

A rede de parcerias integra ainda entidades das áreas da saúde, da cultura, da intervenção social e do ensino superior, nomeadamente a Unidade Local de Saúde do Nordeste, o Instituto Politécnico de Bragança, a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP – SINCLab), a Sociedade Portuguesa de Arte Terapia, o Conservatório de Música e Dança de Bragança, a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança e o Lar de São Francisco – Bragança, contribuindo para uma abordagem multidisciplinar e inovadora. Esta estrutura de parcerias, articulada com uma Comissão de Acompanhamento constituída por 16 elementos, permite uma implementação consistente, monitorizada e ajustada às especificidades de cada território e público-alvo.

3.2 RESPOSTA SOCIAL - CIDACL

Ao longo do ano de 2025, o CIDACL, que registou, mais uma vez, a frequência de 88 crianças, a sua capacidade máxima, desenvolveu um conjunto diversificado de iniciativas que refletiram de forma clara os valores que orientam a sua missão: a generosidade, a partilha, a ternura e o compromisso com a comunidade.

Um dos momentos mais significativos do ano foi a Caminhada da Família, realizada em parceria com a Junta de Freguesia de Santa Clara, que promoveu o convívio, incentivou estilos de vida saudáveis e reforçou o sentimento de união entre as famílias da comunidade, evidenciando a importância das parcerias locais e da participação ativa.

No âmbito das atividades pedagógicas, destacaram-se ações educativas e experienciais dirigidas às crianças. O CIDACL recebeu a visita de uma apicultora, que dinamizou uma atividade com as crianças de 2 anos, abordando de forma lúdica a origem do mel, o papel das abelhas e a importância da preservação da natureza. Complementarmente, foi realizada uma visita ao Borboletário com as crianças de 2 anos, promovendo o contacto direto com o meio natural e estimulando a curiosidade e a aprendizagem sensorial.

Ao nível das atividades intergeracionais, realizou-se uma atividade conjunta entre o CIDACL e a ERPI, em parceria com a Quinta Alegre, no âmbito das comemorações da Páscoa. Este encontro proporcionou momentos de convívio e partilha entre crianças e idosos, através da realização de jogos lúdicos, da realização de ovos da Páscoa e da confeção de bombons, reforçando valores como a solidariedade, a afetividade e o respeito entre gerações. Importa igualmente salientar a comemoração do Dia da Criança, realizada em parceria com a Junta de Freguesia de Santa Clara, proporcionando momentos de alegria, convívio e celebração dos direitos e do bem-estar das crianças, reforçando o envolvimento da comunidade educativa e local.

Outro destaque relevante foi a remodelação do muro exterior do CIDACL, concretizada com o apoio da MEDICARE, que assegurou a disponibilização dos materiais necessários e a mobilização das suas equipas de voluntários. Esta colaboração constituiu um exemplo de responsabilidade social, resultando numa melhoria significativa do espaço envolvente, tornando-o mais seguro, acolhedor e harmonioso.

Em 2025, o CIDACL participou igualmente na candidatura ao programa Bairro Feliz, do Pingo Doce, com o projeto "Um lugar a mudar para acolher e brincar!", tendo sido consagrado vencedor. Esta iniciativa visa a remodelação da área polivalente do CIDACL, incluindo a aquisição de diversos materiais que permitirão transformar este espaço num ambiente mais funcional, estimulante e adequado às necessidades das crianças e das famílias que o frequentam. A vitória nesta candidatura representa um importante reconhecimento por parte da comunidade e possibilita ao CIDACL continuar a investir em espaços promotores do bem-estar, da criatividade e do desenvolvimento infantil.

Destaca-se ainda a visita da Biblioteca Itinerante, que dinamizou momentos de partilha de histórias junto das crianças, incentivando o gosto pela leitura, o desenvolvimento da linguagem e a imaginação, contribuindo para o enriquecimento das experiências educativas no contexto de infância.

Deste modo, o ano de 2025 ficou marcado por ações que consolidaram o papel do CIDACL enquanto agente ativo na promoção da inclusão, do bem-estar e da participação comunitária.

Cada projeto, parceria e atividade refletiu o compromisso contínuo da instituição com uma intervenção social assente na solidariedade, na partilha e na construção conjunta de um futuro mais acolhedor para todos.



3.3 COMUNICAÇÃO

O ano de 2025 ficou marcado pela consolidação do Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) enquanto estrutura estratégica de suporte à afirmação institucional da UMP, à valorização do movimento mutualista e ao reforço das competências comunicacionais das associações mutualistas filiadas. A atividade desenvolvida refletiu uma forte aposta na capacitação técnica, na produção de conteúdos próprios, na diversificação de formatos e canais, bem como na profissionalização crescente da comunicação institucional.

3.3.1. PUBLICAÇÕES IMPRESSAS

Anuário As Mutualidades Portuguesas 2025

Publicação de referência que apresenta um retrato atualizado do mutualismo português e de cada uma das mutualidades filiadas na UMP, com base na informação existente em janeiro de 2025. O Anuário disponibiliza dados sobre número de associados, modalidades subscritas, contactos institucionais, órgãos dirigentes, recursos humanos, áreas de atuação e outros indicadores relevantes para o setor.



Revista MUT – 17.ª edição

A 17.ª edição da revista MUT reúne um conjunto alargado e diversificado de temas, reportagens, entrevistas e artigos de opinião, cruzando o universo do mutualismo com o setor social. Entre os principais conteúdos destacam-se a reflexão sobre a complementaridade do sistema público de pensões, o papel das mutualidades no acesso a cuidados de saúde de qualidade, projetos sociais inovadores e entrevistas a personalidades

de referência do setor, como o Padre Vítor Melícias (que faz a capa). Esta edição contou ainda com a colaboração de um conjunto de articulistas de reconhecido mérito, incluindo o ex-Ministro António Costa e Silva, o Presidente do Conselho Económico e Social, Luís Pais Antunes, o investigador António Fonseca e os dirigentes mutualistas Joaquim Devesas, Fernando Paulino e Luís Martins.

3.3.2. IMPRENSA

Ao longo de 2025, o GCI procurou assegurar de forma consistente a exposição mediática da UMP e do movimento mutualista na comunicação social regional e nacional. Este trabalho desenvolveu-se através da valorização mediática dos eventos promovidos pela UMP, da relevância das temáticas abordadas e da participação de oradores reconhecidos, bem como da divulgação de projetos estruturantes, como os projetos de saúde mental no Município de Macedo de Cavaleiros e os projetos europeus Beyond NEET 2.0 e Fast Food U Grow.

Foram igualmente enviados comunicados de imprensa e promovidas propostas de artigos e reportagens, bem como respostas regulares a solicitações da comunicação social sobre matérias como a Cooperação com o Estado, o Contrato Coletivo de Trabalho das Mutualidades e a situação da CASES, que se traduziram em referências regulares à UMP e ao mutualismo.

3.3.3. COMUNICAÇÃO DIGITAL

3.3.3.1. Vídeo Institucional

Em 2025, procedeu-se ao lançamento do novo Vídeo Institucional da UMP e do Movimento Mutualista, apresentado publicamente no evento comemorativo do Dia Nacional do Mutualismo. O vídeo foi integralmente produzido, gravado e editado pelo GCI, recorrendo exclusivamente a recursos próprios, incluindo imagens recolhidas em associações mutualistas de todo o país.

Este novo vídeo substitui o anterior, lançado em 2021, num contexto ainda fortemente marcado pela pandemia por Covid-19, e apresenta como principais marcas a emoção, a proximidade e a valorização das diferentes respostas mutualistas ao longo do ciclo de vida, desde o nascimento à velhice, abrangendo áreas como a previdência, a saúde, a ação social, a formação, a qualificação e a habitação.

3.3.3.2. Vídeos Temáticos, Promocionais e Institucionais

O vídeo assumiu-se, em 2025, como uma plataforma central de documentação, dinamização das redes sociais e divulgação da atividade da UMP e das mutualidades.

Durante o ano, foram produzidos 119 vídeos, totalizando mais de 200 minutos de conteúdos, que deram origem a:

- 46 publicações no YouTube;
- 90 publicações no Facebook;
- 97 publicações no Instagram;
- 42 publicações no LinkedIn;
- 16 vídeos utilizados exclusivamente em eventos e outras finalidades institucionais.

Os conteúdos produzidos incluíram reportagens de eventos, reuniões institucionais, biografias, iniciativas e atividades de projetos nacionais e internacionais, mensagens institucionais, resumos mensais da atividade da UMP (“60 Segundos”), novas edições do Mutual XXI, série dedicada à divulgação das mutualidades e da sua relação com os associados. Todos os vídeos foram integralmente produzidos pelo GCI, destacando-se pela originalidade, criatividade, envolvimento e impacto visual, contribuindo para uma comunicação positiva e consistente dos valores mutualistas.

3.3.4. SITES

A UMP assegurou a gestão de conteúdos do portal mutualismo.pt, bem como dos sites temáticos da Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, Dia Nacional do Mutualismo, Prémio Inovar Para Melhorar e Conferências. Ao longo de 2025, foram publicados 379 novos conteúdos, tendo o portal registado mais de 52 mil visitas.

Face às fragilidades identificadas ao nível da plataforma e da estrutura do portal, foi desenvolvido trabalho preparatório para a construção de um novo site de raiz, em plataforma WordPress, com novos conteúdos e funcionalidades. O lançamento foi reagendado para 2026, no âmbito de uma reformulação mais ampla do sistema informático e das bases de dados da UMP.

No contexto do projeto Beyond NEET 2.0, cofinanciado pela União Europeia no âmbito do programa Erasmus+, foi criado um novo site inteiramente dedicado à temática dos jovens NEET. A gestão de conteúdos é assegurada pela UMP, com a publicação de, pelo menos, três artigos semanais, e com a criação e manutenção regular de páginas nas redes sociais Facebook, Instagram e TikTok.



3.3.5. REDES SOCIAIS

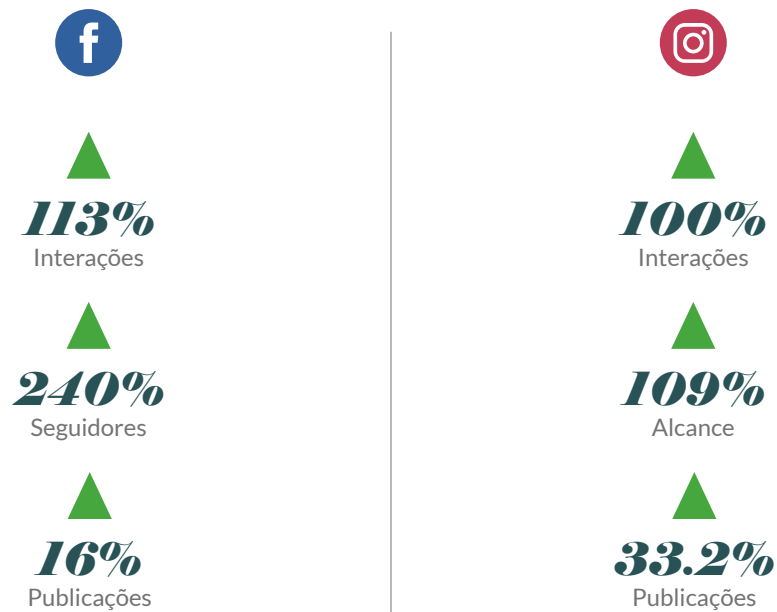
Em 2025, a União das Mutualidades Portuguesas registou um crescimento muito significativo na sua comunicação digital, com especial destaque para o Facebook e o Instagram, que se afirmaram como os principais canais de proximidade, divulgação institucional e envolvimento com a comunidade mutualista.

O Facebook consolidou-se como a plataforma âncora da comunicação digital, registando um aumento expressivo das interações (+113%) e um crescimento muito relevante do número de seguidores (240% acima do aumento registado no ano anterior), refletindo uma maior capacidade de mobilização e fidelização do público.

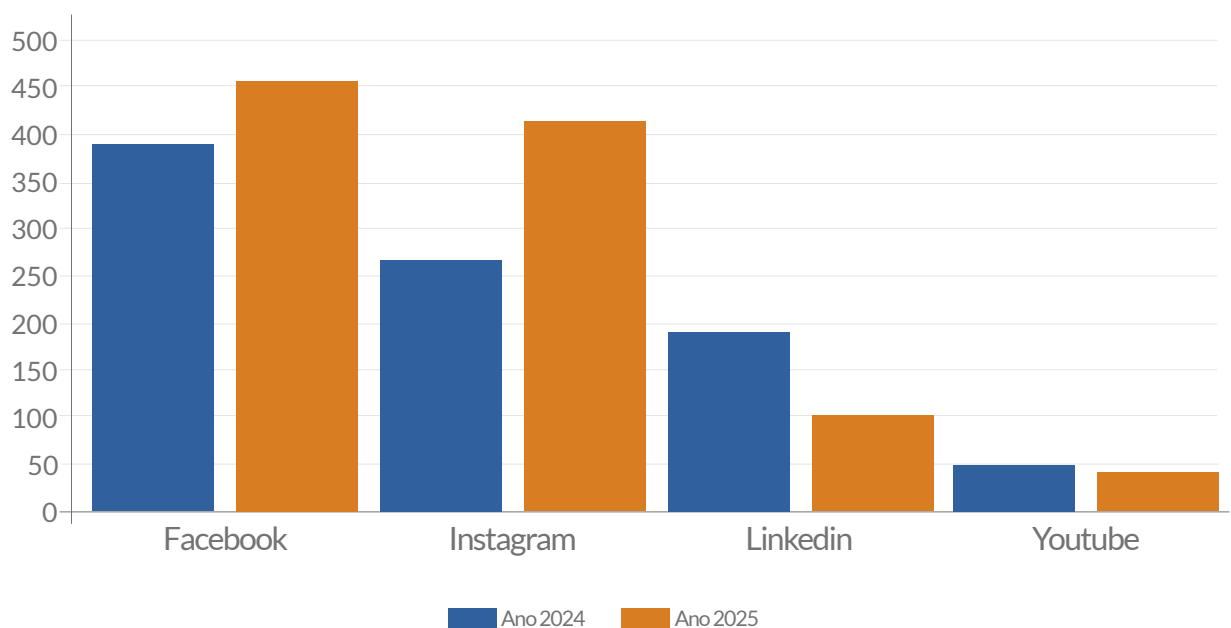
O Instagram apresentou igualmente um crescimento acelerado, com destaque para o aumento das publicações (+33,2%), do alcance (+109%) e das interações (+100%), confirmando a eficácia de uma estratégia mais visual, regular e orientada para novos públicos.

O LinkedIn manteve uma presença institucional estável e direcionada, vocacionada para públicos profissionais e parceiros estratégicos, complementando a estratégia global de comunicação da UMP.

Crescimento da Comunicação Digital



N.º de Publicações nas Redes Sociais



3.3.6. NEWSLETTER CORREIO MUTUALISTA

Em 2025, foram produzidas e enviadas 50 edições da newsletter Correio Mutualista para 2.880 subscritores. A taxa média de abertura ultrapassou os 30%, refletindo um desempenho positivo no contexto das organizações sem fins lucrativos.



O Correio Mutualista assumiu-se como um instrumento central de partilha de informação sobre a atividade da UMP, das associações mutualistas, aniversários institucionais, agenda de eventos, matérias legislativas relevantes, oportunidades de financiamento e notícias de interesse publicadas na comunicação social.

3.3.7. CRIATIVIDADE

A UMP assegurou a preparação de diversos documentos institucionais e materiais de comunicação, entre os quais:

- Relatório e Contas 2024 (versões digital e impressa);
- Programa de Ação e Orçamento 2026 (versões digital e impressa);
- Atas do XIV Congresso Nacional do Mutualismo (versão digital);
- Brochura da Conferência "Desafios e Soluções para a Proteção Social do Futuro" (versão digital);
- Brochura do Dia Nacional do Mutualismo 2025 (versões digital e impressa);
- Brochura *Media Partners* do Dia Nacional do Mutualismo 2025 (versão digital);
- Brochura das Jornadas Mutualistas Nacionais "Mutualismo, Comunicação e Inovação Social" (versão digital).

Foram, igualmente, desenvolvidos múltiplos materiais de comunicação e suporte a eventos, incluindo guiões, cartazes, programas oficiais, elementos decorativos, t-shirts, apresentações, sacos, certificados de participação e prémios, para iniciativas como:

- Reunião Anual de Presidentes Mutualistas.
- Assinatura do Acordo de Revisão do CCT das Mutualidades
- Jornadas Mutualistas Nacionais
- Dia Nacional do Mutualismo
- Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas.



3.3.8. COMUNICAÇÃO INTERNA

No domínio da comunicação interna, os principais instrumentos utilizados foram:

- A newsletter *Correio Mutualista*;
- O envio de 59 comunicações "Info", dirigidas às associações mutualistas, com informação sobre atividades da UMP, programas públicos, avisos do Instituto da Segurança Social, abertura de candidaturas e medidas legislativas;
- A utilização do canal de WhatsApp da UMP, que reúne a UMP e os dirigentes das associações filiadas, utilizado por 42 vezes ao longo do ano, como meio de comunicação direta, célere e eficaz, sempre que se justificaram imperativos circunstanciais.

IV

INTERNACIONAL

A atividade e representação internacional constituem um eixo estratégico central da atuação da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), assumindo-se como instrumento fundamental para a afirmação do mutualismo português no contexto europeu e global. Num cenário marcado por profundas transformações sociais, demográficas e económicas, a UMP tem vindo a reforçar a sua presença internacional, contribuindo ativamente para o reconhecimento do mutualismo enquanto modelo relevante de economia social, de proteção social complementar e de coesão territorial.

Esta intervenção internacional visa, por um lado, defender os interesses e a especificidade do mutualismo português nos principais fóruns de decisão e de reflexão estratégica e, por outro, promover o intercâmbio de conhecimento, boas práticas e cooperação institucional com organizações congêneres de outros países.

4.1 UNIÃO MUNDIAL DAS MUTUALIDADES (UMM)

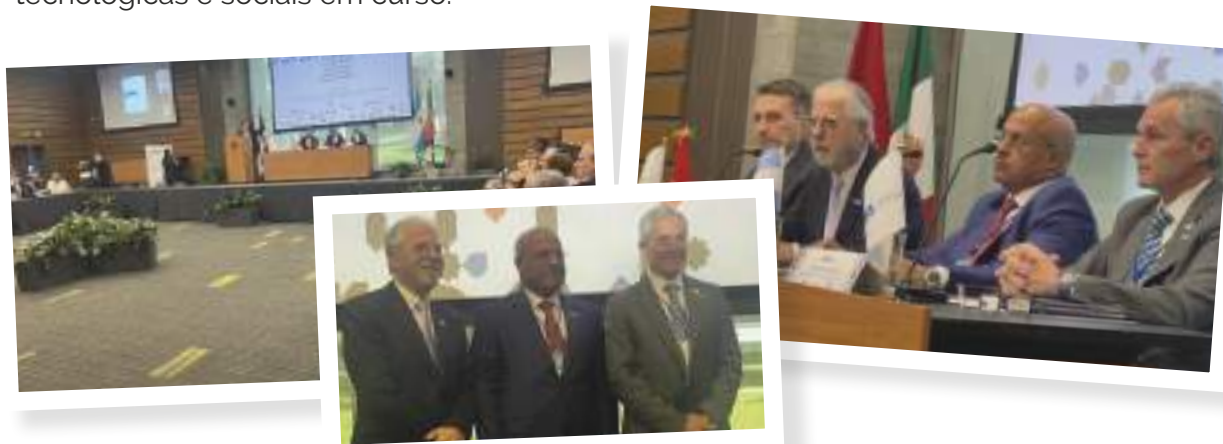
Ao longo de 2025, a União das Mutualidades Portuguesas desenvolveu uma atividade particularmente intensa no seio da União Mundial das Mutualidades, consolidando o seu papel enquanto ator de referência no movimento mutualista internacional e aprofundando o seu envolvimento nos processos de governação, cooperação intercontinental e definição estratégica da organização.

Na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração da UMM e membro do Comité Intercontinental em representação do continente europeu, a UMP participou de forma regular e ativa nos órgãos dirigentes da organização, contribuindo para a definição das orientações estratégicas, para o reforço da cooperação entre mutualidades de diferentes continentes e para a afirmação do mutualismo enquanto modelo sustentável de proteção social, complementar aos sistemas públicos.

O momento de maior relevo da atividade internacional da UMP em 2025 no âmbito da UMM foi a participação na VII Assembleia Geral da UMM, realizada em Guadalajara, México. Esta Assembleia constituiu um marco fundamental para o movimento mutualista internacional, assumindo particular importância no processo de consolidação da nova presidência da UMM e na preparação do próximo ciclo de governação, no qual a UMP assumirá a presidência da organização em 2027.



A VII Assembleia Geral reuniu representantes de mutualidades provenientes da Europa, África, América Latina e América do Norte, constituindo um espaço privilegiado de balanço da ação desenvolvida pela UMM, de reflexão estratégica sobre os desafios globais enfrentados pelo mutualismo e de definição das prioridades para os anos seguintes. Os debates centraram-se, em particular, no papel das mutualidades nos sistemas de cuidados de saúde, na resposta ao envelhecimento demográfico, na inclusão social, na sustentabilidade financeira das organizações mutualistas e na adaptação às transformações tecnológicas e sociais em curso.



A participação da UMP neste fórum permitiu reforçar a visibilidade do mutualismo português no plano internacional, valorizar as boas práticas desenvolvidas em Portugal e contribuir de forma ativa para a construção de uma visão estratégica partilhada para a UMM.

A presença da UMP assumiu ainda especial relevância no contexto da preparação da futura presidência, permitindo aprofundar relações institucionais, consolidar alianças estratégicas e afirmar a capacidade da organização portuguesa para assumir responsabilidades acrescidas na liderança do movimento mutualista mundial.

Complementarmente, no mês de janeiro de 2025, a UMP participou numa missão institucional a Marrocos, entre os dias 16 e 21, no âmbito da UMM. No decurso desta missão, participou no 5.º Fórum Nacional “La mutualidad y la cobertura médica básica en Marruecos: desafíos y retos”, realizado em Agadir, bem como na 77.ª Assembleia Geral da MGPAP – Mútua Geral do Pessoal da Administração Pública de Marrocos, reforçando os laços de cooperação com uma das mais relevantes organizações mutualistas africanas.



Durante o decorrer do ano de 2025 a UMP participou ainda nas várias reuniões do Comité Intercontinental da UMM, onde são discutidas as linhas estratégicas da nova presidência da organização. Nestas reuniões, reflete-se sobre a importância do reforço da cooperação internacional, da partilha de boas práticas, da capacitação institucional das mutualidades e do desenvolvimento de instrumentos comuns, como plataformas digitais de intercâmbio, programas de formação, mentoria e cooperação direta entre mutualidades de diferentes continentes.

Ao longo de 2025, a UMP prosseguiu igualmente o trabalho de preparação interna para a futura presidência da UMM, prevista para 2027, assegurando uma articulação próxima com os restantes membros do Conselho de Administração, contribuindo para a definição das prioridades estratégicas do próximo ciclo e reforçando a sua capacidade técnica e institucional para assumir esta responsabilidade.

A atividade desenvolvida pela UMP no âmbito da UMM, durante o ano de 2025, reafirmou o seu compromisso com a promoção de um mutualismo forte, cooperativo e inovador à escala global, consolidando o posicionamento internacional do mutualismo português e contribuindo para o desenvolvimento de sistemas de proteção social mais justos, solidários e resilientes.

4.2. INTERNATIONAL SOCIAL ECONOMY ORGANISATION (ISEO)

Durante o ano de 2025, a União das Mutualidades Portuguesas manteve uma intervenção ativa no seio da International Social Economy Organisation, organização internacional de que é membro fundador e onde desempenha funções de liderança, contribuindo de forma decisiva para a consolidação institucional da organização e para o reforço da sua projeção internacional.

Um dos momentos centrais da atividade da ISEO em 2025 foi a realização da Segunda Assembleia Geral Ordinária Anual, que teve lugar no dia 28 de janeiro de 2025, em Turim, nas instalações da Kairos Consorzio di Cooperative Sociali. A UMP esteve representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva, assumindo igualmente funções na condução dos trabalhos da Assembleia, através da participação do Coordenador da UMP enquanto Primeiro Secretário da Mesa.



A Assembleia Geral apreciou, discutiu e aprovou por unanimidade o Relatório e Contas referente ao período de 4 de setembro de 2023 a 31 de dezembro de 2024, bem como o Programa de Ação e Orçamento para o ano de 2025, consolidando os instrumentos fundamentais de planeamento e governação da organização.

A segunda grande atividade da ISEO em 2025 foi a realização de uma visita institucional ao Brasil, integrada numa estratégia de reforço da cooperação internacional e de afirmação da economia social no espaço lusófono e latino-americano. Esta missão incluiu uma agenda institucional intensa em Brasília e no Estado de Goiás, envolvendo reuniões de alto nível com entidades governamentais, organizações da economia social e decisores políticos.

Em Brasília, realizaram-se diversas reuniões institucionais com ministérios do Governo Federal do Brasil, centradas na troca de experiências sobre políticas públicas de economia social, mutualismo, proteção social, saúde, inclusão e desenvolvimento sustentável. Estes encontros permitiram apresentar o modelo mutualista português e europeu, bem como o papel da ISEO enquanto plataforma internacional de cooperação, reflexão estratégica e desenvolvimento de projetos transnacionais.

No âmbito desta missão, a delegação da UMP e da ISEO reuniu igualmente com Geraldo Alckmin, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, num encontro de elevado significado institucional e político. Esta reunião permitiu abordar o contributo da economia social e solidária para o desenvolvimento económico e social, reforçar a importância da cooperação internacional e identificar áreas de interesse comum para futuras parcerias entre organizações portuguesas e brasileiras.

A visita institucional ao Brasil incluiu igualmente uma deslocação ao Estado de Goiás, onde a União das Mutualidades Portuguesas foi objeto de um reconhecimento institucional de elevado relevo. Neste contexto, realizou-se uma Sessão Solene na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, durante a qual foi atribuída a Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira, uma das mais altas distinções daquela Casa Parlamentar.

Esta homenagem foi concedida em reconhecimento do contributo desenvolvido na promoção do mutualismo, da economia social e da cooperação internacional entre Portugal e o Brasil. A atribuição desta distinção constituiu um reconhecimento público e institucional do papel da UMP na afirmação de modelos económicos solidários e na construção de pontes de cooperação no espaço lusófono, reforçando a visibilidade e o prestígio do mutualismo português no contexto internacional.

A atuação da UMP no âmbito da ISEO ao longo de 2025 evidenciou uma forte aposta na consolidação institucional da organização, no reforço da sua sustentabilidade financeira e na afirmação da economia social como eixo estratégico de desenvolvimento à escala internacional. A participação ativa na Assembleia Geral de Turim, aliada à missão institucional ao Brasil, marcada por reuniões governamentais de alto nível e pelo reconhecimento institucional em Goiás, reforçou o posicionamento da UMP como parceiro internacional credível e influente no domínio da economia social.

Estas iniciativas contribuíram para aprofundar relações institucionais, lançar bases para futuras cooperações e consolidar a ISEO enquanto espaço privilegiado de articulação internacional, promovendo modelos económicos mais inclusivos, solidários e sustentáveis.



AUDIÊNCIA COM O VICE-PRESIDENTE DO BRASIL, GERALDO ALCKMIN



ENCONTRO COM O EMBAIXADOR DE PORTUGAL NO BRASIL, LUÍS FARO RAMOS



REUNIÃO NO MINISTÉRIO DA FAZENDA NACIONAL, COM SECRETÁRIO DA REFORMA ECONÔMICA, MARCOS PINTO



REUNIÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, COM SECRETÁRIO DE PROTEÇÃO DO TRABALHADOR, CARLOS AUGUSTO



REUNIÃO COM O SECRETÁRIO SUBSTITUTO ILÁRIO MARQUES, DA SECRETARIA DE ASSUNTOS FEDERATIVOS DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



REUNIÃO COM O SECRETÁRIO ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, ANDRÉ LUIZ CECILIANO



ATRIBUIÇÃO À UIMP DA MEDALHA DE MÉRITO LEGISLATIVO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA



4.3 COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU (CESE)

O ano de 2025 marcou o termo do mandato da União das Mutualidades Portuguesas no Comité Económico e Social Europeu, no âmbito do Grupo III – Organizações da Sociedade Civil. Este último ano de mandato constituiu um momento particularmente relevante para consolidar o trabalho desenvolvido ao longo do ciclo de representação e para avaliar o impacto efetivo da participação da UMP numa das mais importantes instâncias consultivas da União Europeia. Ao longo do mandato, e de forma consistente em 2025, a UMP participou ativamente nos trabalhos do CESE, contribuindo para pareceres, debates, audições públicas, grupos de estudo e iniciativas conjuntas com outras organizações europeias da economia social e da sociedade civil. Esta participação permitiu assegurar que as especificidades do mutualismo e do setor social solidário fossem integradas nos processos de reflexão e aconselhamento político dirigidos às instituições europeias, nomeadamente à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu e ao Conselho.

A presença da UMP no CESE trouxe benefícios claros e mensuráveis para a organização e para o movimento mutualista português. Em primeiro lugar, permitiu reforçar a visibilidade institucional da UMP a nível europeu, posicionando-a como interlocutor legítimo e credível nas matérias relacionadas com economia social, proteção social, saúde, cuidados de longa duração, inclusão social e desenvolvimento territorial. Em segundo lugar, a participação no CESE possibilitou à UMP aceder de forma privilegiada a informação estratégica, nomeadamente sobre orientações políticas, prioridades legislativas, programas de financiamento europeu e tendências emergentes no domínio da economia social.

Outro benefício estruturante foi o alargamento e consolidação de redes institucionais europeias, permitindo à UMP estabelecer relações de trabalho regulares com organizações congéneres de outros Estados-Membros, representantes da Comissão Europeia, eurodeputados e entidades internacionais. Estas redes tiveram impacto direto no desenvolvimento de parcerias, na integração da UMP em consórcios internacionais e no reforço do seu papel em plataformas como a UMM e a ISEO. O término do mandato da UMP no CESE em 2025 permite retirar um conjunto de conclusões estratégicas relevantes.

Em primeiro lugar, confirma-se que a presença da UMP em instâncias europeias de elevado nível constitui um investimento estratégico com retorno institucional, político e técnico, reforçando a sua autoridade representativa e a sua capacidade de influência.

Em segundo lugar, o mandato evidenciou a importância de uma articulação permanente entre a dimensão europeia e a intervenção nacional, permitindo à UMP antecipar desafios, adaptar respostas e contribuir de forma proativa para a construção de políticas públicas mais alinhadas com os princípios da economia social e do mutualismo. Por último, a experiência no CESE reforçou a convicção de que o mutualismo deve continuar a estar presente nos espaços europeus de decisão e consulta, seja através da renovação futura de mandatos, seja através de parcerias estratégicas e da participação em redes europeias.

O conhecimento adquirido, as relações estabelecidas e o reconhecimento institucional alcançado constituem um legado relevante deste mandato, que continuará a produzir efeitos positivos na atuação da UMP nos próximos anos.

V

**RESULTADO
LÍQUIDO
E PROPOSTA
DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS**

No exercício de 2025, a União das Mutualidades Portuguesas apresentou resultado líquido positivo no montante total de Euro: 56.940,35€, decomposto por: resultado líquido positivo de Euro: 51.948,41€ na atividade principal da UMP, enquanto entidade representativa do movimento mutualista; resultado líquido positivo de Euro: 29.186,58€ relativo à resposta social creche, em execução no Centro Infantil Dr. António da Costa Leal; resultado negativo de Euro: (17.354,85€) e (6.839,79€) no âmbito do Projeto NORTE2030-FSE+-00497500 e Erasmus +, respetivamente.

As demais informações de natureza económica e financeira encontram-se explicadas, em detalhe, no Anexo às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025, bem como a respetiva comparação com os resultados do ano anterior.

Face ao que antecede, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral o seguinte:

- Que seja aprovado o Relatório e contas do período de 2025;
- Que o resultado líquido do período seja integralmente aplicado no Fundo de Administração.

Esmoriz, 10 de março de 2026

O Conselho de Administração,

Presidente - Luís Alberto de Sá e Silva

em representação de A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista

Vice-Presidente – João Filipe Cardoso Esteves

em representação da Associação de Socorros Mútuos "Protetora dos Artistas" de Faro

Vice-Presidente – Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros

em representação de MUDIP – Associação Mutualista Diplomática Portuguesa

Vice-Presidente – Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

em representação da Associação de Socorros Mútuos Familiar Vimaranense

VI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	a1); a6); c); 4	233 323,07	270 331,98
Ativos intangíveis	a3); a6); c); 5	333,38	666,67
Investimentos financeiros	11.1	27 582,95	27 582,95
Sub-total		261 239,40	298 581,60
Ativo corrente			
Créditos a receber	a11); 11.2; 11.3	198 174,05	155 011,52
Estado e outros Entes Públicos	11.6	1 630,14	1 468,68
Associadas	a11); 11.2	400,00	400,00
Diferimentos	a11); 11.7	5 767,65	0,00
Caixa e depósitos bancários	a11); 11.4	700 873,98	386 434,84
Sub-total		906 845,82	543 315,04
Total do ativo		1 168 085,22	841 896,64
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	a11); 11.5	582 307,69	459 758,93
Resultados transitados	11.5	0,00	(26 368,70)
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	70 922,63	70 922,63
Resultado Líquido do período		56 940,35	14 132,61
Total dos fundos patrimoniais		710 170,67	518 445,47
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	a11); 6	62 438,65	74 978,48
Subtotal		62 438,65	74 978,48
Passivo corrente			
Fornecedores	a11); 11.2	38 806,75	44 372,13
Estado e outros Entes Públicos	11.6	30 427,37	29 623,61
Financiamentos obtidos	a11); 6	12 117,53	11 695,23
Outros passivos correntes	a11); 11.2	314 124,25	162 781,72
Subtotal		395 475,90	248 472,69
Total do passivo		457 914,55	323 451,17
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 168 085,22	841 896,64

O Conselho de Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	a9); 8	581 434,39	523 334,84
Subsídios, doações e legados à exploração	8; 10	583 763,73	464 839,89
Fornecimentos e serviços externos	11.5	(279 040,99)	(253 508,06)
Gastos com o pessoal	12	(758 455,36)	(668 928,25)
Outros rendimentos	8	5 572,86	8 436,52
Outros gastos	8	(20 986,50)	(5 386,86)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		112 288,13	68 788,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	a1); a3); a13); 4; 5	(53 142,86)	(50 299,80)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59 145,27	18 488,28
Juros e rendimentos similares obtidos	a11); 8	1 710,68	1 360,36
Juros e gastos similares suportados	a11); 8	(3 915,60)	(5 716,03)
Resultados antes de impostos		56 940,35	14 132,61
Imposto sobre o rendimento do período	a11)	0,00	0,00
Resultado líquido do período		56 940,35	14 132,61

O Conselho de Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	União das Mutualidades Portuguesas	Centro Infantil Dr. António da Costa Leal	Projeto Capacitação (PESSOAS-FSE+-00326700)	Projeto Inovação Social (NORTE2030-FSE+-00497500)	Projetos ERASMUS +	PERÍODOS	
						2025	2024
Vendas e serviços prestados	16 126,00	565 308,39	0,00	0,00	0,00	581 434,39	523 334,84
<i>Quotizações Associadas</i>	14 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 500,00	17 126,00
<i>Quotas utilizadores</i>	1 626,00	6 445,00	0,00	0,00	0,00	8 071,00	18 835,14
<i>Comparticipações do ISS, I.P. (Acordo Cooperação)</i>	0,00	558 863,39	0,00	0,00	0,00	558 863,39	487 373,70
Resultado bruto	16 126,00	565 308,39	0,00	0,00	0,00	581 434,39	523 334,84
Outros rendimentos	409 376,26	16 615,12	124 758,27	40 165,44	132,18	591 047,27	474 636,77
<i>Subsídios, doações e legados à exploração</i>	405 624,22	13 083,62	124 758,27	40 165,44	132,18	583 763,73	464 839,89
<i>Outros rendimentos</i>	3 752,04	3 531,50	0,00	0,00	0,00	7 283,54	9 796,88
Gastos administrativos	(313 932,27)	(539 231,32)	(120 938,12)	(56 422,67)	(6 971,97)	(1 037 496,35)	(922 436,31)
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	(139 676,88)	(92 265,08)	(38 689,26)	(8 277,59)	(132,18)	(279 040,99)	(253 508,06)
<i>Gastos com pessoal</i>	(174 255,39)	(446 966,24)	(82 248,86)	(48 145,08)	(6 839,79)	(758 455,36)	(668 928,25)
Outros gastos	(55 705,98)	(13 505,61)	(3 820,15)	(1 097,62)	0,00	(74 129,36)	(55 686,66)
<i>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</i>	(34 719,48)	(13 505,61)	(3 820,15)	(1 097,62)	0,00	(53 142,86)	(50 299,80)
<i>Outros gastos</i>	(20 986,50)	0,00	0,00	0,00	0,00	(20 986,50)	(5 386,86)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	55 864,01	29 186,58	0,00	(17 354,85)	(6 839,79)	60 855,95	19 848,64
Gastos de financiamento (líquidos)	(3 915,60)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3 915,60)	(5 716,03)
Resultados antes de impostos	51 948,41	29 186,58	0,00	(17 354,85)	(6 839,79)	56 940,35	14 132,61
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	51 948,41	29 186,58	0,00	(17 354,85)	(6 839,79)	56 940,35	14 132,61

O Conselho de Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PRÓPRIOS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	459 758,93	(26 368,70)	70 922,63	14 132,61	518 445,47	518 445,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	122 548,76	26 368,70		(14 132,61)	134 784,85	134 784,85
		122 548,76	26 368,70	0,00	(14 132,61)	134 784,85	134 784,85
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				56 940,35	56 940,35	56 940,35
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				42 807,74	191 725,20	191 725,20
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO	6=1+2+3+5	582 307,69	0,00	70 922,63	56 940,35	710 170,67	710 170,67

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Total dos Fundos Patrimoniais	
	Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	428 833,78	0,00	70 922,63	30 925,15	530 681,56	530 681,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	30 925,15	(26 368,70)		(30 925,15)	(26 368,70)	(26 368,70)
		30 925,15	(26 368,70)	0,00	(30 925,15)	(26 368,70)	(26 368,70)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				14 132,61	14 132,61	14 132,61
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(16 792,54)	(12 236,09)	(12 236,09)
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO	6=1+2+3+5	459 758,93	(26 368,70)	70 922,63	14 132,61	518 445,47	518 445,47

O Conselho de Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de associados e utentes	23 418,17	36 200,89
Recebimentos de subsídios	1 238 416,96	814 294,46
Pagamentos a fornecedores	(296 449,82)	(272 027,83)
Pagamentos ao pessoal	(485 430,01)	(424 312,56)
Caixa gerada pelas operações	479 955,30	154 154,96
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	(270 177,90)	(77 191,66)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	209 777,40	76 963,30
Fluxos de caixa das atividade de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	(13 979,67)	(51 130,44)
<i>Ativos intangíveis</i>	(1 820,99)	(3 608,90)
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	0,00	1 000,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>	1 710,68	1 360,36
<i>Dividendos</i>		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(14 089,98)	(52 378,98)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Realizações de fundos</i>	134 784,85	
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	(12 117,53)	(11 280,55)
<i>Juros e gastos similares</i>	(3 915,60)	(5 716,03)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	118 751,72	(16 996,58)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	314 439,14	7 587,74
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	386 434,84	378 847,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período	700 873,98	386 434,84

O Conselho de Administração,

O Contabilista Certificado,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade: União das Mutualidades Portuguesas (UMP)

1.2 – Sede: Avenida 29 de Março, n.º 672. 3885-518 Esmoriz

1.3 – Número de identificação de pessoa coletiva: 501097350

1.4 – Natureza da atividade: A União das Mutualidades Portuguesas é uma Associação Mutualista de grau superior, constituída sob a forma de União, a 9 de agosto de 1980, encontrando-se registada na Direção-Geral da Segurança Social sob o n.º 1/85, com fundos patrimoniais indeterminados, duração indefinida, número ilimitado de associados e âmbito de ação em todo o território nacional.

A UMP rege-se pelos diplomas legais aplicáveis e pelos seus Estatutos e tem como fins fundamentais promover a defesa, desenvolvimento, cultura e práticas de solidariedade mutualista e assegurar a organização e representação do movimento mutualista.

1.5 – Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a UMP aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Atendendo ao disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL que refere "Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deve recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela UMP indicada:

a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC)."

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2024.

3 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a UMP continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza, que, nesse caso, são devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os *stakeholders*.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos stakeholders com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da UMP, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da UMP, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), respeitando, igualmente, os termos do Código das Associações Mutualistas.

a1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativos Fixos Tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	4
Equipamento de transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8

A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate, são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

a2) Bens do património histórico e cultural

Não existem "Bens do património histórico e cultural" registados.

a3) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações acumuladas.

As despesas de manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em regime de duodécimos.

Ativos Fixos Intangíveis	Número de anos
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3
Propriedade industrial	3
Outros ativos intangíveis	3 a 5

a4) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não se registam montantes relativos a "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes".

a6) Imparidade de ativos

Em cada data de relato, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da UMP com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

a7) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

a8) Inventários

Na data do reporte, não existem "inventários" registados.

a9) Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a UMP e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

a10) Imposto sobre o rendimento

Nos termos da lei e dos seus Estatutos, a UMP é uma IPSS, pessoa coletiva de utilidade pública, de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do CIRC a UMP está isenta de IRC pelas atividades que prossegue.

As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC.

Assim, são rendimentos não sujeitos a IRC as quotas e joias pagas pelos membros em conformidade com os estatutos e as quotas dos utilizadores registadas pela utilização dos serviços informáticos e pela frequência da resposta social creche.

a11) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

Associadas e outros créditos a receber

As dívidas das associadas e outros créditos a receber estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas das associadas e de outros créditos a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivos correntes e não correntes.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Classificação dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Classificação de fundos patrimoniais

Os fundos patrimoniais são classificados de acordo com o Código das Associações Mutualistas e os Estatutos.

Regime do acréscimo

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas e apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

a12) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, subsídios de coordenação, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Instituição quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da UMP.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis: A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação/amortização a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período;

- Provisões: O Conselho de Administração analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes;

3.2 - Alterações de estimativas contabilísticas

No ano de 2025, a UMP não efetuou qualquer alteração de estimativas contabilísticas.

3.3 - Correção de erros de períodos anteriores

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, nos termos do ponto 6.9 da NCRF-ESNL.

4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, apresentam-se no seguinte quadro:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025						Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Ativos							
Saldo Inicial	126 297,00	53 703,00	53 443,33	101 200,00	71 806,16	4 882,98	411 332,47
Aquisições	-	-	5 156,55	-	8 244,14	578,98	13 979,67
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	126 297,00	53 703,00	58 599,88	101 200,00	80 050,30	5 461,96	425 312,14
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo Inicial	-	-	23 782,39	50 600,00	61 879,86	4 738,24	141 000,49
Regularizações / Reclassificações	-	-	17 338,11	25 300,00	8 109,26	241,21	50 988,58
Depreciações do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	-	41 120,50	75 900,00	69 989,12	4 979,45	191 989,07
Ativos Líquidos	126 297,00	53 703,00	17 479,38	25 300,00	10 061,18	482,51	233 323,07

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2024						Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Ativos							
Saldo Inicial	126 297,00	53 703,00	14 504,59	115 740,00	59 614,46	4 882,98	374 742,03
Aquisições	-	-	38 938,74	-	12 191,70	-	51 130,44
Alienações	-	-	-	14 540,00	-	-	14 540,00
Saldo Final	126 297,00	53 703,00	53 443,33	101 200,00	71 806,16	4 882,98	411 332,47
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo Inicial	-	-	8 002,98	39 999,98	55 188,13	4 075,86	107 266,95
Regularizações / Reclassificações	-	-	159,98	14 699,98	-	307,07	14 232,93
Depreciações do exercício	-	-	15 619,43	25 300,00	6 691,73	355,31	47 966,47
Saldo Final	-	-	23 782,39	50 600,00	61 879,86	4 738,24	141 000,49
Ativos Líquidos	126 297,00	53 703,00	29 660,94	50 600,00	9 926,30	144,74	270 331,98

4a) Ativos fixos tangíveis

As depreciações dos edifícios e outras construções incidem sobre o valor de aquisição, deduzidos de 25% respeitante ao valor do terreno, quando não especificado na documentação que titula a aquisição, o qual não é depreciable.

As aquisições de equipamento administrativo incluem a aquisição de computadores, portáteis e monitores para reformulação do parque informático, a aquisição de material audiovisual para o gabinete de comunicação, bem como a aquisição de outros equipamentos residuais.

Investimentos em curso

Em 31 de dezembro de 2025, não se regista qualquer montante relativo a "investimentos em curso".

4b) Bens do património histórico e cultural

Em 31 de dezembro de 2025, não se regista qualquer montante relativo a "Bens do património histórico e cultural".

4c) Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2025, não se regista qualquer montante relativo a "Ativos não correntes detidos para venda".

5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em regime de duodécimos.

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025					
	Despesas de Instalação	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Programas de Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	-	31 980,00	1 087,37	16 484,34	-	49 551,71
Aquisições	-	-	-	1 820,99	-	1 820,99
Saldo final	-	31 980,00	1 087,37	18 305,33	-	51 372,70
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	31 980,00	1 087,37	15 817,67	-	48 885,04
Amortizações do exercício	-	-	-	2 154,28	-	2 154,28
Saldo final	-	31 980,00	1 087,37	17 971,95	-	51 039,32
Ativos líquidos	-	-	-	333,38	-	333,38

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2024					
	Despesas de Instalação	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Programas de Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	-	31 980,00	1 087,37	12 875,44	-	45 942,81
Aquisições	-	-	-	3 608,90	-	3 608,90
Saldo final	-	31 980,00	1 087,37	16 484,34	-	49 551,71
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	31 980,00	1 087,37	13 484,34	-	46 551,71
Amortizações do exercício	-	-	-	2 333,33	-	2 333,33
Saldo final	-	31 980,00	1 087,37	15 817,67	-	48 885,04
Ativos líquidos	-	-	-	666,67	-	666,67

6 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os gastos de financiamento em 2025 e 2024 foram os que abaixo se apresentam:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	3 915,60	5 716,03
Total	3 915,60	5 716,03
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	1 710,68	1 360,36
Total	1 710,68	1 360,36
Resultados financeiros	- 2 204,92	- 4 355,67

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de «financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025		2024	
	Montante em Dívida	Encargos Financeiros	Montante em Dívida	Encargos Financeiros
Empréstimos Obtidos				
Instituições Financeiras				
Empréstimos bancários/Leasings Financeiros	74 556,18	3 915,60	86 673,71	5 716,03
Total:	74 556,18	3 915,60	86 673,71	5 716,03

7 - INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025, não se regista qualquer montante na rubrica de “inventários”.

8 - RENDIMENTOS E GASTOS

A UMP reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Serviços prestados – registam-se: as verbas recebidas a título de quotizações e serviços pago pelas associadas filiadas na UMP; os rendimentos provenientes das quotas dos utilizadores do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL) e as participações pagas pelo Estado no âmbito da resposta social Creche, reconhecidas na demonstração dos resultados.

Juros – quando existam, são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

Subsídios à Exploração - respeitam aos subsídios atribuídos à UMP pelo Estado, por outros Organismos e Entidades públicas e privadas e, quando aplicável, são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

Outros rendimentos – Dizem respeito a correções relativas a exercícios anteriores, com participações recebidas para realização de atividades no CIDACL e a restituição de impostos.

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025	2024
Alienações AFT	-	1 000,00
Restituições Impostos	363,18	94,42
Atividades CIDACL	3 531,50	251,00
Outros rendimentos	1 678,18	7 091,10
Total	5 572,86	8 436,52

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante os períodos de 2025 e 2024, apresentam-se no quadro seguinte:

Unidade Monetária: Euros

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2025		2024	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	581 434,39	-	523 334,84	-
- Relativos a Associados / Utentes	22 571,00	1,9%	35 961,14	3,2%
- ISS, IP: (Acordo Cooperação Creche CIDACL)	558 863,39	47,7%	487 373,70	43,9%
Subsídios	583 763,73	49,8%	464 839,89	52,3%
Outros Rendimentos	5 572,86	0,5%	8 436,52	0,5%
Juros	1 710,68	0,1%	1 360,36	0,1%
Totais	1 172 481,66	100,0%	997 971,61	100,0%

Outros gastos - Os outros gastos incorridos nos períodos de 2025 e de 2024, foram os seguintes:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025	2024
Impostos	440,63	612,82
Outros Gastos e Perdas:		
Correções relativas períodos anteriores	546,50	1 328,78
Quotizações	250,00	750,00
Outros Gastos	19 749,37	2 695,26
Total	20 986,50	5 386,86

9 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não se registam montantes relativos a “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

10 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Em 2025 e 2024, a UMP registou os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios à exploração”:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025	2024
Subsídios e Apoios de Outras Entidades Publicas	551 430,11	432 431,27
MTSSS	378 550,61	368 748,66
PESSOAS 2030	124 758,27	58 124,44
NORTE 2030	40 165,44	-
ERASMUS +	132,18	764,35
IEFP	7 073,61	4 043,82
Junta Freguesia Santa Clara	750,00	750,00
Subsídios de Outras Entidades	32 333,62	32 333,62
CASES	20 000,00	20 000,00
BPI	12 333,62	12 333,62
Doações	-	75,00
Total	583 763,73	464 839,89

11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 – Investimentos financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a UMP detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025	2024
Investimentos noutras entidades	17 000,00	17 000,00
Outros Métodos	17 000,00	17 000,00
Outros Investimentos	10 582,95	10 582,95
Titulos da Dívida Pública (Justo valor)	55,42	55,42
Fundo Compensação Trabalho	8 027,53	8 027,53
Outros Títulos	2 500,00	2 500,00
Total	27 582,95	27 582,95

11.2 – Associadas, créditos a receber, fornecedores e outros ativos e passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de associadas, créditos a receber, fornecedores e outros ativos e passivos correntes apresentavam a seguinte decomposição:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025	2024
Associadas Filiadas	400,00	400,00
Valor Líquido	400,00	400,00

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as rubricas de outros créditos e ativos não correntes e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025	2024
Devedores por acréscimos de rendimentos	194 773,48	137 919,13
ISS, IP (Acordo Cooperação CIDACL)	11 485,91	19 650,01
IEFP	-	-
PESSOAS 2030	79 898,18	58 124,44
NORTE 2030	40 165,44	-
MTSSS	63 091,77	60 144,68
ERASMUS +	132,18	-
Outros Devedores	3 400,57	17 092,39
Total	198 174,05	155 011,52

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de outros passivos correntes, registavam os seguintes montantes:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025	2024
Ao Pessoal e Órgãos Associativos		
Remunerações a pagar	33 764,13	30 632,40
Credores por Acréscimos de gastos	111 675,35	94 292,75
Outros Credores	168 684,77	37 856,57
Total	314 124,25	162 781,72

11.3 - Reconhecimento das perdas por imparidade dos créditos a receber

Em 2025, a UMP não reconheceu qualquer montante relativo a perdas por imparidade dos créditos a receber.

11.4 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025	2024
Caixa	340,26	632,17
Depósitos à ordem	340 533,72	335 802,67
Depósitos a prazo	360 000,00	50 000,00
Total	700 873,98	386 434,84

11.5 – Fornecimentos e serviços externos

O saldo da rubrica de "Fornecedores" nos períodos findos de 2025 e 2024 é discriminado da seguinte forma:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025	2024
Fornecedores C/C	38 806,75	44 372,13
Total	38 806,75	44 372,13

Os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos, nos períodos de 2025 e de 2024, foram os seguintes:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025	2024
Subcontratos	39 616,57	41 197,20
Serviços especializados	77 758,57	65 611,40
Materiais	16 130,59	20 564,31
Energia e fluidos	28 914,58	20 553,86
Deslocações, estadas e transportes	39 779,84	22 996,73
Serviços diversos	76 840,84	82 584,56
Total	279 040,99	253 508,06

11.6 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025		2024	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Estado e outros entes públicos				
Retenções de imposto sobre o rendimento	426,14	6 295,90	338,57	6 580,50
IVA	1 204,00	149,60	1 130,11	94,71
Contribuições para a Seg. Social		23 981,87		22 948,40
Total	1 630,14	30 427,37	1 468,68	29 623,61

11.7 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025		2024	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Diferimentos				
Seguros	3 627,76	0,00	0,00	0,00
Licenças Software	732,87	0,00	0,00	0,00
Rendas CIDACL	1 407,02	0,00	0,00	0,00
Total	5 767,65	0,00	0,00	0,00

Os gastos e rendimentos a reconhecer correspondem a valores que produzirão efeitos durante o período de 2026.

11.8 – Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos Patrimoniais" é constituída pelo Fundo Social, pelas Reservas Estatutárias (Fundo de Administração, Fundo de Solidariedade Associativa, Fundo de Reserva Geral) e Resultados Transitados, resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais, em conformidade com as disposições estatutárias da UMP e por outras variações nos fundos patrimoniais resultantes da fusão, na UMP, de Associações Mutualistas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Unidade Monetária: Euros

Descrição	2025	2024
Fundos	582 307,69	459 758,93
Fundo Inicial	6 948,79	6 948,79
Fundo de Administração	146 518,71	158 445,55
Fundo Solidariedade Associativa	428 840,19	294 055,34
Outras Variações - Doações	70 922,63	70 922,63
Resultados Transitados	-	26 368,70
Resultado Líquido do Período	56 940,35	14 132,61
Total	710 170,67	518 445,47

12 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal incorridos nos períodos de 2025 e 2024 foram os seguintes:

Unidade Monetária: Euros

Gastos Com Pessoal	2025	2024
Remunerações dos órgãos associativos	50 912,89	44 569,80
Remunerações do pessoal	561 044,82	489 664,04
Encargos sobre remunerações	127 153,62	112 832,49
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	3 163,16	5 611,51
Gastos de ação social	1 365,31	-
Outros	14 815,56	16 250,41
Total	758 455,36	668 928,25

A rubrica «Outros gastos de ação social» inclui os gastos com a medicina no trabalho e com formação ao pessoal.

O número médio de colaboradores durante o período a que se referem As demonstrações financeiras foi de 35 trabalhadores/as.

13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

14 - AGRICULTURA

Nada a relatar.

15 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração informa que a UMP não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da UMP perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A 31 de dezembro de 2025, nada mais há a relatar.

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 10 de março de 2026.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Caríssimas e estimadas Associadas,

No âmbito das suas funções e competências estatutariamente definidas, o Conselho Fiscal apresenta o seu Parecer sobre o Relatório de Atividades e as Contas relativas ao exercício económico de 2025, aprovadas pelo Conselho de Administração.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, com regularidade, as atividades executadas durante o exercício de 2025, que, na sua opinião, correspondem ao previsto no Programa de Ação, bem como na elaboração das Contas da UMP. Durante todo o processo, o Conselho Fiscal pôde contar com o apoio e colaboração do Conselho de Administração, do Contabilista Certificado e dos Serviços Administrativos e Financeiros da UMP, a quem agradece.

A União das Mutualidades Portuguesas registou, no exercício de 2025 um resultado líquido positivo no montante total de Euro: 56.940,35€. O resultado líquido demonstra a sólida estratégia do Conselho de Administração em manter a estrutura económica e financeira sustentável, facto este que o Conselho Fiscal, reiteradamente, atribui especial destaque.

PARECER

Em face do exposto, é opinião do Conselho Fiscal, que o Relatório e Contas de 2025 da União das Mutualidades Portuguesas merecem serem aprovadas pelas Exas. Associadas.

Esmoriz, 10 de março de 2026

O Conselho Fiscal,

Presidente – Armanda Isabel Pinto Taipa Pereira
em representação da Associação de Socorros Mútuos Freamundense

Vogal – Jorge Carlos da Conceição Cordeiro
em representação da Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro

Vogal – Telma Patrícia Rodrigues Dinis
em representação da Associação de Socorros Mútuos Benaventense

WWW.MUTUALISMO.PT

